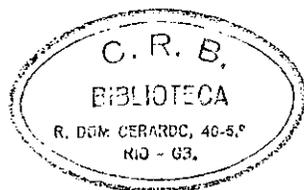
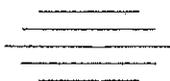


# ÍNDICE

DA

## REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL





### *Sagrada Congregação dos Religiosos*

- Carta de S. Emc'ia. o Card. Valério Valeri apresentando as atas das Reuniões de estudo sôbre as organizações dos Religiosos no mundo . . . . . 673
- Atas das reuniões de estudo sôbre as organizações dos Religiosos no mundo . . . . . 674, 737

### *Sagrada Penitenciária Apostólica*

- Decreto sôbre indulgências que se atribuem a terços . . . . . 488

### *Nunciatura Apostólica*

- Edital de Concurso Internacional para uma obra de caráter social . . . . . 70
- Discurso do Exmo. Sr. Nuncio Apostólico aos participantes da VI Assembléia dos Superiores Maiores Religiosos . . . . . 395
- Comunicação da Secretaria de Estado e da Sagr. Congr. dos Religiosos ao Exmo. Sr. Nuncio Apostólico sôbre a VI Assembléia dos Superiores Maiores Religiosos do Brasil . . . . . 554

### *Episcopado Nacional*

- Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos participantes da V Assmbléia Ordinária da C. N. B. B. . . . . 326
- Cooperação entre CNBB e CRB . . . . . 403
- Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil . . . . . 618
- Declarações de Arcebispos, Bispos e Sacerdotes do Nordeste . . . . . 681
- Fundado canonicamente o CERIS . . . . . 747

### *Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR)*

- Resoluções da I Reunião da Junta Diretiva da CLAR, aprovadas pela Sagrada Congregação dos Religiosos . . . . . 71
- Notícias da CLAR . . . . . 797

### *Conferência dos Religiosos do Brasil*

- Programa da VI Assembléia Anual dos Superiores Maiores Religiosos . . . . . 387
- Províncias que participaram da VI Assembléia Anual . . . . . 389
- Nova Diretoria da Conferência dos Religiosos . . . . . 393
- Atividades da Conferência dos Religiosos . . . . . 445
- Pessoal que trabalha na C. R. B. . . . . 469

## *ARTIGOS E ESTUDOS*

### *Agostinho Simão, Irmão, F. S. C.*

- Apostolado vocacional do Bem. Irmão Benildo F. S. C. — Centenário de sua morte: 1862-1962 . . . . . 369

### *Amarylles B. Drummond, Madre, F. d. J.*

- Relatório da Secção Estadual de Minas Gerais . . . . . 122

<i>Antônio Alessi e Robert Allix</i>	
— Renovação de vida cristã num meio comunista . . . . .	289
<i>Antônio Koreman, Pe., S. V. D.</i>	
— Solenidade por ocasião de formatura de Professôras . . . . .	180
<i>Antônio Paolucci, Pe., S. S. S.</i>	
— Glorificação do Bem. Eymard . . . . .	781
<i>Aracy Cardoso, Da.</i>	
— O Departamento de Serviço e Assistência Social . . . . .	464
<i>Armando Lombardi, Dom, Núncio Apost.</i>	
— Discurso aos Revmos. Padres Provinciais e Revmas. Madres Gerais e Provinciais apresentando a Carta Apostólica de S. S. João XXIII aos Exmos. Srs. Ordinários da América Latina	395
<i>Belchior Cornélio da Silva, Pe., C. M.</i>	
— Votos: Paraíso na terra . . . . .	151
<i>Bernardino de Vilas Boas, Pe. Frei, OFM Cap.</i>	
— Falando de Rádio e Televisão . . . . .	207
<i>Bertrand de Margerie, Pe., S. J.</i>	
— Promotoras de Vocações Religiosas Femininas . . . . .	25
— Sugestões práticas acêrca dos "santinhos vocacionais" . . . . .	236
— Teologia da obediência e da autoridade segundo Pio XII, 507, 577	
— Tarefas e esperanças dos Religiosos na hora do Concílio Vaticano II . . . . .	609
— A Coleção "Seminários" . . . . .	663, 729
<i>Calisto Vendrame, Pe., M. I.</i>	
— Como cuidar da vida espiritual dos doentes nos hospitais . . . . .	591
<i>Camilianos, Padres — São Paulo</i>	
— Psicologia do doente . . . . .	157
<i>Cândido Padim, Dom, O. S. B.</i>	
— Problemas educacionais (resumo) . . . . .	438
<i>Carmelita da Divina Providência, Irmã</i>	
— A questão social do menor e a educação . . . . .	241
<i>Catarina Martins, Madre, S. S. D.</i>	
— Atividades da Secção Estadual do Maranhão . . . . .	318
<i>Conclusões do Curso por um Mundo Melhor para Religiosas realizado em Natal — RN . . . . .</i>	309
<i>Cristovam Breiner, Juiz</i>	
Medidas jurídicas para o exercício do direito da vocação antes da maioridade . . . . .	699
<i>Danião, Pe., S. A. C.</i>	
— Beato Vicente Pallotti será canonizado . . . . .	602
<i>Departamento de Assistência à Saúde</i>	
— Conclusões do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem . . . . .	785
<i>Departamento de Estatística</i>	
— Prelados do Clero Regular no Brasil . . . . .	167

— Casas e Residências paroquiais de Religiosos fundadas de 1957 a 1960 . . . . .	225
— Casas e Residências paroquiais... fechadas de 1957 a 1960 . . . . .	301
— Casas de Congregações Religiosas femininas fundadas e fechadas em 1957 . . . . .	533
— idem... em 1958 . . . . .	649
— Estatísticas gerais do Brasil . . . . .	783
<i>Departamento de Imprensa</i>	
— Encontro de Redatores da Imprensa Católica . . . . .	378
— Encontros para Redatores e Radicalistas Católicos em Porto Alegre e Belo Horizonte . . . . .	541
<i>Departamento de Serviço e Assistência Social</i>	
— A questão social do menor e a educação . . . . .	241
— Educação religiosa é constrangimento? . . . . .	375
— Relações das crianças internas com o meio exterior . . . . .	598
— Uma experiência a ser imitada . . . . .	659
— A Religiosa na sociedade em evolução . . . . .	725
— Natal dos Pobres . . . . .	793
<i>Departamento de Vocações</i>	
— Bibliografia vocacional moderna . . . . .	314
— Cursos sobre Pastoral Vocacional no Rio Grande do Sul . . . . .	604
<i>Dietmar Westemeyer, Pe. Frei, O. F. M.</i>	
— As Congregações Religiosas face ao apêlo providencial para as tarefas do porvir . . . . .	17
<i>Estêvão Bettencourt, Dom, O.S.B.</i>	
— Educação religiosa é constrangimento? . . . . .	375
<i>Exemplos, fatos, sugestões...</i>	
— Campanha vocacional dos Jesuítas na Colômbia . . . . .	173
— Solenidade por ocasião de formatura de Professôras . . . . .	180
— Edição portuguesa de "Le Christ au Monde"? . . . . .	182
— E' necessário ficar alerta . . . . .	235
— Sugestões práticas acêrca dos santinhos vocacionais . . . . .	236
— As primeiras bolsistas brasileiras nos Estados Unidos . . . . .	240
<i>Fernand Boulart, Pe.</i>	
— Projetos e realizações da Pastoral de Conjunto . . . . .	342, 497
<i>Fernando Ribeiro, Cônego</i>	
— Primeiro Congresso Internacional das Vocações Eclesiásticas . . . . .	600
<i>Francisco Milini, Pe., P. S. S. C.</i>	
— A Constituição Apostólica "Exul Família" . . . . .	489
<i>Giovanni da San Giovanni in Persiceto, Pe. Frei, OFM Cap.</i>	
— O privilégio da isenção dos Religiosos . . . . .	79
<i>Helder Câmara, Dom, Arcebispo</i>	
— Cooperação entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Conferência dos Religiosos do Brasil (resumo) . . . . .	403

<i>Helena Gonzalez Ruiz, Irmã, F. M. A.</i>	
— Conseqüências psico'ógicas da obediência .. . . . . .	37
— A independência na juventude hodi'erna .. . . . . .	101
— A insegurança da juventude de nossos dias .. . . . . .	147
<i>Henrique Justo, Irmão, F. S. C.</i>	
— A vocação do Irmão Leigo docente na Igreja .. . . . . .	283
<i>Jaime Snoek, Pe., C.SsR</i>	
— A cooperação dos Religiosos no apostolado da Hierarquia ..	405
<i>Jamaria de Sortino, Pe. Frei, OFM Cap.</i>	
— Primeiro Congresso Internacional das Vocações aos Estados de Perfeição .. . . . . .	183, 243
<i>João Ev. Betting, Pe., C.SsR.</i>	
— A salvação é sacramental .. . . . . .	277
— Os graus da contemplação .. . . . . .	515, 583
<i>João Corso, Pe., S. D. B.</i>	
— O Juniorato das Religiosas (resumo) .. . . . . .	439
— O Juniorato na formação das Religiosas :	
I — Os princípios fundamentais do Juniorato das Religiosas	555
II — Organização e Administração dos Junioratos .. . . . .	621
III — Formação Espiritual no Juniorato .. . . . . .	685
IV — Projeto de Estatutos da formação de professoras de votos temporários .. . . . . .	749
<i>João Batista Vogel, Pe. Frei, O. F. M.</i>	
— Centro de Formação Intercultural .. . . . . .	215
— O Centro de Formação Intercultural de Petrópolis (resumo)	458
<i>João de Deus, Irmão, F. M. S.</i>	
— Associações de Pais e Mestres .. . . . . .	7
— Entrosamento dos Irmãos com a Pastoral .. . . . . .	415
<i>João Wanat, Pe., S. J.</i>	
— Curso intensivo de Direção Espiritual em Viamão — RS .. .	187
<i>José Nardin, Dom, O. S. B.</i>	
— Olhar retrospectivo sobre o movimento de união dos Religiosos	199, 269
<i>José Otão, Irmão, F. M. S.</i>	
— Filosofia da Orientação Educacional .. . . . . .	211
<i>José Schmitt, Pe., S. C. J.</i>	
— Uma testemunha ocular do Concílio Ecumênico Vaticano I — Padre Leão Dehon S. C. J. .. . . . . .	529
<i>Leão Douven, Pe., C.SsR.</i>	
— A Comunidade Paroquial :	
I — Dois tipos de pastoral .. . . . . .	573
II — Suas tarefas .. . . . . .	645
III — O Vigário e os leigos .. . . . . .	709
IV — A participação no planejamento deve ser feita através de grupos .. . . . . .	763

<i>Lucas Moreira Neves, Pe. Frei, O. P.</i>	
— O Movimento Familiar Cristão apresentado aos Sacerdotes . . . . .	351
<i>Luís Morales Elizalde, Pe., S. J.</i>	
— Campanha vocacional dos Jesuítas na Colômbia . . . . .	178
<i>Lydio Milani, Pe., M. I.</i>	
— A Igreja, o doente e o hospital . . . . .	767
<i>Marcelo M. Gomes, Pe. Frei, O. F. M.</i>	
— Cultivo das vocações em Escolas Secundárias Católicas . . . . .	333
<i>Margarida Villac, Irmã, F. d. C.</i>	
— Departamento de Assistência à Saúde . . . . .	466
<i>Maria Aparecida Nascimento, Irmã, R. Ss. S.</i>	
— Atividades da Secção Estadual da Bahia . . . . .	317
<i>Maria da Conceição Menezes, Madre, M. J. Cr.</i>	
— Cooperação das Religiosas no Apostolado paroquial . . . . .	427
— O Departamento de Estatística da C.R.B. . . . .	459
<i>Maria de Gonzaga Lemos, Irmã, da Prov. de Gap</i>	
— A espiritualidade do Beato João Martinho Moye . . . . .	115, 171
<i>Maria Leonina da D. Eucaristia, Irmã, A. N. S. P.</i>	
— As primeiras bolsistas brasileiras nos Estados Unidos . . . . .	240
<i>Maria Sérvula Barbosa, Irmã</i>	
— Relações das crianças internas com o meio exterior . . . . .	598
<i>Marie Ange, Irmã, I. Prov. G.</i>	
— Natal dos pobres . . . . .	793
<i>Natal Facchini, Pe., I. M. C.</i>	
— Há 25 anos o primeiro missionário da Consolata no Brasil . . . . .	715
<i>Oscar G. Quevedo, Pe., S. J.</i>	
— Algumas causas da difusão do espiritismo . . . . .	107
<i>Percília Aguiar, Irmã, S. Sp. S.</i>	
— Curso de Doutrina Social da Igreja . . . . .	123
<i>Pierre Paulo Pothier, P.</i>	
— Para multiplicar o número de vocações . . . . .	755
<i>Planejamento da Província de N. Sra. das Neves das Filhas do Amor Divino, de Natal — RN . . . . .</i>	363
<i>Providência de Gap, Irmãs da</i>	
— A Religiosa na sociedade em evolução . . . . .	725
<i>Rafael de União dos Palmares, Pe. Frei, OFM Cap.</i>	
— Casos práticos sobre o direito das Religiosas :	
Caso XVIII — Saída voluntária da Congregação . . . . .	53
Caso XIX — Delito de apostasia da religião . . . . .	163
Caso XX — Apostasia da fé católica . . . . .	305
Caso XXI — Obrigação canônica de os Religiosos e Religiosas tenderem à perfeição dos próprio estado . . . . .	523
Caso XXII — Licença ou proibição de receber a comunhão . . . . .	779
<i>Raymundo de A. Cintra, Pe. Frei, O. P.</i>	
— O Anjo de Lima — Um irmão cooperador dominicano . . . . .	655

<i>Redação, A</i>	
— VI Assembléa anual dos Superiores Maiores . . . . .	1
— Assembléa dos Superiores Maiores Religiosos . . . . .	385
— Provinciais que participaram da VI Assembléa Anual . . . . .	389
— Na União tôdas as vantagens . . . . .	471
— Conc'uido . . . . .	477
<i>Ricardo Rozestraten, Pe. Frei, O. F. M.</i>	
— Seleção de Vocações Sacerdotais e Religiosas . . . . .	138
<i>Robert Allix, Pe., e Antônio Alessi</i>	
— Renovação de vida cristã num meio comunista . . . . .	289
<i>Sebastião Maria Martin, Pe., SS. CC.</i>	
— Missa Apostólica do Padre Mateo . . . . .	57
<i>Teilhard de Chardin (Pe.): seu pensamento no plano filosófico e religioso (de L'Osservatore Romano) . . . . .</i>	701
<i>Tiago G. Cloin, Pe., CssR.</i>	
— Aspectos sócio-religiosos e sociográficos do Brasil . . . . .	43
— Institutos Religiosos dos Estados Unidos se preparam para vir para a América Latina . . . . .	133
— Uma evangelização em extensão e em profundidade — O Movimento de Natal . . . . .	448
— A propósito de um Congresso sôbre o Brasil — Maastricht . . . . .	639
— O plano de emergência da CNBB . . . . .	747
<i>Valério Alberton, Pe., S. J.</i>	
— A hora de meditação diária na Companhia de Jesus . . . . .	93
<i>Venceslau Luiz, Irmão, F. M. S.</i>	
— Recrutamento nos Colégios . . . . .	219
<i>Vito Carneiro, Frei, O. F. M.</i>	
— Semana de Estudo sôbre problemas sociais em Salvador . . . . .	250

## SECÇÕES ESTADUAIS

<i>Bahia</i> — Semana de Estudo sôbre problemas sociais . . . . .	250
— Atividades da Secção Estadual . . . . .	317
— Semana da "Mater de Magistra" . . . . .	669
<i>Esp. Santo</i> — Relatório do Curso Pio XII em 1961 . . . . .	125
<i>Maranhão</i> — Atividades da Secção Estadual . . . . .	318
<i>Minas Gerais</i> — Relatório da Secção Estadual . . . . .	122
— Curso sôbre a Doutrina Social da Igreja . . . . .	123
<i>Paraná</i> — Reunião de Religiosas Enfermeiras . . . . .	605
<i>Rio Grande do Sul</i> — Pioneiros da educação social . . . . .	643
— Curso sôbre Pastoral Vocacional . . . . .	604
<i>Santa Catarina</i> — Curso do Movimento por um Mundo Melhor . . . . .	125
— Atividades da Secção Estadual . . . . .	606
<i>São Paulo</i> — Exercício do Movimento por um Mundo Melhor . . . . .	125
— Semana de estudo para Religiosas Enfermeiras . . . . .	605

## COMUNICAÇÕES E CRÔNICAS

<i>Belo Horizonte</i> — II Encontro de Redatores da Imprensa Católica ..	444
<i>Caratinga</i> — Curso intensivo de Orientadores de Catequese ..	380
<i>Rio de Janeiro</i> — I Capítulo Geral das Servas da SS. Trindade ..	125
— Curso sobre Jardim de Infância para Religiosas ..	190
— VI Assembléia Anual dos Superiores Maiores ..	191
— Curso de Organização e Didática da Catequese ..	191, 380
— Adiada a assembléia geral dos Editores Católicos ..	379
— Colaboração dos Católicos na Imprensa leiga ..	379
— Curso sobre a Doutrina Social da Igreja ..	381
— Encontro nacional para Redatores chefes ..	734
— NS — Nosso Século — nova revista mensal ..	735
<i>Roma</i> — Carta dos Proetores de Ordens e Congregações ..	127
— Primeiro Congresso internacional das Vocações Religiosas ..	183, 243
— Primeiro Congresso internacional das Vocações Eclesiásticas ..	600
<i>São Paulo</i> — Sociedade Brasileira de Psicologia Religiosa ..	734
<i>Viamão — RS</i> — Curso intensivo de Direção Espiritual ..	187
— Retiro Inaciano de 30 dias ..	734

## NOVAS FUNDAÇÕES

Apiai 42, Ca'apônia 381, Governador Portela 381, Jaguarema 382, Monte Sion 382, Olímpia 381, Pereira Barrto 382, Rio de Janeiro, 381, São Pedro do Sul 381, Ubatuba 382, Uberaba 381, Piracaiá 798, Santa Rita de Jacutinga 799, Petrópolis 799.

## BIBLIOGRAFIA

Foerster, F. W., 51; Mehllann D. João, 62; Tomas Mertón 63; Penna Botto Alm. Carlos 63; Vitor Hugo 64; Odete de Barros Mott 127; Ledo Ivo 127; Louis Biboulot 128; Corti-Gardenal 254; Ecos de um Jubileu 255; Vocações Missionárias 255; Bernhard Haring C.S.R. 319; Boaventura Kloppenburg 320; Godfrey Poage CP, 382; Maria Junqueira Schmidt, 382; Documentos Pontifícios, 382 Cadernos Vocacionais, 383; Ricardo Graef C. S. Sp. 541; Alfons Kirchgassner 542; Karl Adam 542; Estefânio J. Piaf OFM 543; Gerhard Fitkau 543; Leopold Bertsche S. O. Cist. 543; Polveucte Guissar 543; Silva Neiva 544; Legrand, F. 736; Rafael de União dos Palmares OFM Cap. 736; Venâncio Willeke OFM 544; Y de Montcheuill SJ 471; Cônego Christofaro 575; Lucas Moreira Neves OP 606; Thomas Merton 607; J. M. Déchanet 608; Rosário Tosto... 647; Romaro Koepe OFM 671; Hugo D. Baggio OFM 671; Boaventura Kloppenburg 671; Eymard L. E. Monteiro 672; Francisco Dantec 799; Josef Brems 799; J. B. Chautard 800; Stanislas de Lestapis 778; Obras de Santa Teresa 778.

# REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

VI Assembléia Anual dos Superiores Maiores	
<i>A Redação</i> .....	1
Distribuição da Sagrada Comunhão aos enfermos, depois do meio dia	
<i>Resposta do Santo Ofício</i> .....	2
A Religiosa na Paróquia	
<i>Carta Pontifícia ao VI Congresso Nacional da U.R.E.P.</i> .....	5
Associações de Pais e Mestres	
<i>Irmão João de Deus F.M.S.</i> .....	7
As Congregações Religiosas face ao apêlo providencial para as tarefas do porvir (continuação)	
<i>Pe. Frei Dietmar Westmeyer O. F. M.</i> .....	17
Promotoras de Vocações Religiosas Femininas	
<i>Pe. Bertrand de Margerie S. J.</i> .....	25
Conseqüências psicológicas da obediência	
<i>Irmã Helena Gonzales Ruiz, F. M. A.</i> .....	37
Aspectos sócio-religiosos e sociográficos do Brasil (fim)	
<i>Pe. Tiago G. Cloin C.S.R.</i> .....	43
Casos práticos sôbre o Direito das Religiosas — Caso XVIII — Saída voluntária da Congregação	
<i>Pe. Frei Rafael de União O.F.M.Cap.</i> .....	53
Missão Apostólica do Padre Mateo (continuação)	
<i>Pe. Sebastião Maria Martin S.S. CC.</i> .....	57
Bibliografia .....	62

---

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil  
Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil  
Diretor Responsável: Laércio Leopoldino

# REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

## VI ASSEMBLÉIA DOS SUPERIORES MAIORES

*A pedido da Nunciatura Apostólica no Brasil, a Diretoria da Conferência dos Religiosos decidiu antecipar a Assembléia Anual dos Superiores e Superiores Maiores Religiosos, transferindo-a da terceira semana de julho para a última semana de abril.*

*Esta antecipação é motivada pela Carta de Sua Santidade, o Papa João XXIII, aos Esmos. Srs. Cardeais e Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos de toda a América Latina, solicitando providências urgentes no sentido de mobilizar todas as forças católicas do continente — Clero, Religiosos e Religiosas, leigos — a fim de conseguir uma Pastoral mais coordenada, mais intensa e mais adaptada às prementes necessidades espirituais e sociais do momento.*

*A Assembléia estudará, à luz desta carta do Sumo Pontífice, a realidade brasileira quanto à vida e observância religiosas e ao apostolado das Ordens e Congregações no Brasil. Na ocasião, sendo transcorridos os três anos de atividades, proceder-se-á a nova eleição dos membros da Diretoria da C.R.B.*

*Em vista da grande importância que este encontro dos Revmos. Padres Provinciais e das Revmas. Madres Gerais e Provinciais assumirá em prol da organização, das atividades e do apostolado de quantos, nos Estados de Perfeição, se dedicam à nobre tarefa de levar Cristo às almas, pelo maior florescimento de obras e de tarefas que de todos requerem a maior dedicação e uma vida intensamente espiritual, pela própria santificação e pelas obras de caridade para com o próximo, desde já pedimos a cada um dos Religiosos e Religiosas a contribuição generosa e sincera de suas orações, para que os frutos que Sua Santidade e a Igreja esperam deste encontro sejam os mais abundantes e consoladores.*

*Estamos no ano do Concílio Ecumênico. A Igreja toda está mobilizada para que no mundo volte a reinar a união, a paz de Cristo, uma verdadeira e mais intensa vida cristã. Não falte a cooperação de quantos, unidos a Cristo pela prática dos conselhos evangélicos, tomaram como ideal a alcançar a santificação própria e a de todas as almas.*

A REDAÇÃO

# DISTRIBUIÇÃO DA SAGRADA COMUNHÃO AOS ENFER- MOS, DEPOIS DO MEIO-DIA

## Resposta do Santo Ofício (1)

Foi esta Suprema Sagrada Congregação interrogada se era permitido levar a Sagrada Comunhão depois do meio-dia aos doentes que não podem sair de casa, mesmo que não estejam em perigo de morte, nem acamados, quando não puderem receber a Sagrada Eucaristia de manhã, seja por que o padre estava ausente, seja pelo fato de qualquer outro impedimento razoável.

Na quinta-feira, em vês de quarta-feira, 19 de outubro, os Emmos. Cardeais encarregados da salvaguarda da fé e dos costumes decidiram responder a esta dúvida: *afirmativamente*.

Sob condição:

1. Que se trate de doentes que há uma semana não podem sair de casa;
2. Que o momento e a freqüência da Sagrada Comunhão sejam marcados pelo Pároco ou qualquer outro sacerdote a quem cabe a assistência espiritual dos doentes;
3. Que se observem as regras já existentes no que toca ao jejum eucarístico.

No dia seguinte, sexta-feira 20 de outubro, durante a audiência concedida ao Emmo. Cardeal Secretário do Santo Ofício, S. S. João XXIII, Papa pela Divina Providência, confirmou esta decisão e ordenou que ela fôsse publicada.

Dado em Roma, no palácio do Santo Ofício, 21 de outubro de 1961.

*Sebastião Masala*, notário.

### COMENTÁRIO DE "L'OSSERVATORE ROMANO"

*Este Dubium do Santo Ofício é seguido no mesmo número de l'Osservatore Romano do seguinte comentário:*

---

(1) Da tradução em francês de *La Documentation Catholique* (n.º 1364, de 19-11-61, pág. 1438), tirada do texto latino publicado pelo *l'Osservatore Romano* de 22 de outubro de 1961. O título em latim é: *De Sacra Communione, infirmis administranda horis postmeridianis*.

A resposta do Santo Ofício à dúvida exposta acima solicita um breve comentário explicativo que parece necessário.

A Constituição apostólica *Christus Dominus* de 6 de janeiro de 1953 mitigou notavelmente a antiga disciplina do jejum eucarístico com o fim preciso de facilitar cada vez mais aos fiéis a prática da comunhão, fonte inexaurível da vida divina nas almas.

Os frutos espirituais desta providencial inovação foram tão abundantes que, poucos anos após a publicação da *Christus Dominus*, muitos bispos pediram humildemente ao Santo Padre, mas com insistência, outras facilidades e mitigações.

O Papa Pio XII, de feliz memória, acolheu favoravelmente êstes votos, e pelo *Motu proprio* "*Sacram Communionem*" estendeu notavelmente as concessões da *Christus Dominus* relativas à missa vespertina e ao jejum eucarístico.

Com razão, ninguém pode ignorar com que compreensão maternal e com que largueza de vistas a Igreja foi ao encontro do desejo ardente e das necessidades espirituais dos fiéis.

É bom recordar, contudo, que não faltaram, aqui e ali, repetidas tentativas para estender arbitrariamente, para além dos limites fixados pela *Christus Dominus* e pelo *Motu proprio* "*Sacram Communionem*", as largas concessões já feitas pela autoridade suprema da Igreja.

Para eliminar estas interpretações injustificadas, a Sagrada Congregação do Santo Ofício publicou primeiro o *Monitum* de 22 de março de 1955, depois o decreto de 21 de março de 1960.

O *Monitum* recordava que a missa vespertina pode ser facultada somente em vista do bem comum dos fiéis e não para simples comodidade de alguma pessoa privada.

O decreto de 21 de março de 1960 chamava a atenção sobre a exata interpretação do cânone 867, § 4, que estabelece que a comunhão se deve distribuir só à hora em que se pode celebrar a Santa Missa, salvo se uma causa razoável aconselhar a fazer de outro modo (*nisi aliud rationabilis causa suadeat*). A causa razoável de que fala o cânone 867 existe daqui para o futuro bem mais raramente, dado justamente o notável abrandamento do jejum eucarístico. No entanto, êste decreto permitia a distribuição da comunhão aos fiéis depois do meio-dia, mesmo quando não se celebrava a Santa Missa: mas esta distribuição não podia ser feita senão por ocasião dum ofício religioso a determinar por cada bispo.

Havia uma indicação que não podia escapar a quem lesse o texto do decreto: enquanto de um lado se atendia ao bem comum das almas, de outro eram fixados sábios limites próprios para salvaguardar a liberdade de ação necessária aos padres com cura de almas, cujo trabalho apostólico seria seriamente incomodado pelos pedidos de cada fiel, frequentes e nem sempre justificados.

Uma categoria de fiéis, por quem a Igreja sempre tem tido particulares e delicadas atenções, se encontrava até agora praticamente excluída da comunhão depois do meio-dia: trata-se dos doentes que não podem ouvir missa ou assistir aos ofícios religiosos. A resposta dada pelo Santo Ofício à dúvida hoje publicada vem felizmente preencher esta lacuna.

O uso da nova faculdade atualmente concedida está condicionada por três reservas que vêm inseridas no *Dubium*, com o fim evidente de evitar, mais uma vez, fáceis e bem previsíveis excessos que poderiam embaraçar o ministério pastoral dos padres.

1. Ficou decidido, pois, em primeiro lugar, que só podem aproveitar desta concessão os que, depois de uma semana, não puderam sair de casa, e precisamente por causa de sua doença.

2. A comunhão não pode, além disso, ser levada senão aos doentes que não a puderam receber de manhã, seja porque não havia sacerdote disponível, seja por qualquer outro impedimento razoável.

3. No uso dessa concessão especial, é preciso enfim ter em conta as possibilidades concretas do clero local (párocos, cooperadores, capelães de hospitais, de presídios, de instituições etc.) a quem pertencerá julgar, em cada caso, do caráter razoável do pedido dos doentes, ou estabelecer o tempo oportuno para o exercício dêste ministério.

Os Ordinários poderão dar as regras mais próprias para prevenir os inconvenientes de qualquer natureza que seja.

Guardam todo o seu vigor — como é precisado do *Dubium* — as regras estabelecidas pelo *Motu proprio* "*Sacram Communionem*" para o jejum eucarístico dos doentes, os quais devem, pois, abster-se de alimentos sólidos e de bebidas alcoólicas nas três horas que precedem a comunhão. Podem, pelo contrário, tomar líquidos não alcoólicos e não importa qualquer remédio líquido ou sólido sem nenhuma restrição de tempo.

Por esta última intervenção salutar, podemos dizer, com justa razão, que doravante se oferecem a tôdas as categorias de fiéis as mais largas possibilidades e facilidades de se aproximarem da sagrada Mesa, centro motor de tôda a vida cristã.

E' de esperar que os frutos já obtidos, graças às facilidades concedidas no decorrer dêstes últimos dez anos, se multiplicarão cada vez mais largamente, mas podemos também desejar que os fiéis se abstenham de multiplicar os pedidos para obter ainda mais largas dispensas, que acabariam praticamente por suprimir de todo o próprio jejum eucarístico.

## A RELIGIOSA NA PARÓQUIA

Carta pontifícia ao VI Congresso nacional da U.R.E.P. (1)

*Por ocasião do VI Congresso nacional da União das Religiosas Educadoras Paroquiais que, de 27 a 30 de outubro, reuniu na Maison de la Chimie, em Paris, 1.200 Religiosas de 200 Congregações diferentes, S. Em. o Cardeal Ciccognani, Secretário de Estado, dirigiu, em nome do Santo Padre, a seguinte carta ao Revmo. Pe. Gaston Courtois, assistente geral:*

Vaticano, 19 de outubro de 1961

Revmo. Pe. Assistente Geral,

Pretendendo uma obra oportuna de informação e de coordenação, a União das Religiosas Educadoras paroquiais vai realizar, de 27 a 30 de outubro próximo, seu VI Congresso nacional, sob a presidência de S. Em. o Cardeal Feltrin, Arcebispo de Paris.

Depois de ter estudado em suas sessões precedentes a participação da Religiosa educadora nas tarefas pastorais rurais e operárias, a União propõe a seus membros examinar, êste ano, o seu "papel específico na paróquia em estado de missão".

O Santo Padre conhece pessoalmente, desde o início, o bom trabalho levado a efeito por êste organismo; êle aprecia a prudente direção de seu escritório central, que soube agrupar na França perto de 40.000 Religiosas pertencentes a mais de 300 institutos diferentes. Deseja vivamente que êste continue a fornecer a seus membros, numa justa fidelidade às constituições próprias de cada congregação, os conselhos e o apoio necessários a uma colaboração cada vez mais esclarecida e eficaz com a ação missionária da paróquia. Sua Santidade formula particularmente votos paternais pelo bom êxito do Congresso, sôbre o qual invoca de bom grado e em abundância as luzes do Espírito Santo.

Não é diferente, com efeito, para o bem geral da Igreja, que as mulheres chamadas pelo Senhor à vida religiosa e mais especialmente consagradas às tarefas paroquiais entrem plenamente nos objetivos apostólicos das paróquias, às quais elas prestam sua colaboração. Já, no simples plano humano, é um fato da experiência que um grupo encontra sua plena eficácia na identidade de vista e de ação dos membros que o compõem. Assim acontece numa paróquia na qual o clero, os Religiosos e Religiosas, os militantes da Ação Católica e os fiéis cooperam no trabalho pastoral, cada qual nas tarefas que lhe cabem.

Mas no plano da fé, na paróquia, que é uma porção da Igreja, a Religiosa ocupa um lugar de destaque em razão dos três votos de castidade, de pobreza e de obediência que ela pronunciou. Assim destinada a ser "o coração da Igreja", como tão justamente o desejava Santa Teresa de Lisieux, ela ama e pede a Deus

1) Traduzido de *La Documentation Catholique*, n.º 1365 de 3 de dezembro, 1961 — págs. 1510-1511.

por todos os paroquianos, sejam eles fiéis ou não; por sua vida inteiramente doada e por suas várias atividades, ela oferece, nos meios que, por vezes, dificilmente atingem os padres ou os militantes cristãos, o testemunho eloqüente duma alma inteiramente entregue a Deus e transbordante de caridade pelo próximo.

Nestas condições, como não haveria o clero paroquial de considerar a Religiosa ativa como um elemento precioso da paróquia? A tentação por vezes encontrada de não ver nela mais que uma cômoda ajuda para misteres secundários, deve opor-se a convicção de que ela é uma propagadora de escol do Evangelho e que constitui muitas vezes um ligame indispensável entre o pastor e o seu rebanho. Por quê, então, não seria ela ouvida nos conselhos onde se organiza a pastoral, como acontece já em muitas paróquias? Associada às decisões apostólicas do clero, com isso ela só estará mais apta a pô-las em prática, exercendo suas funções de ordem litúrgica, catequética, educativa ou hospitalar. O clero e a paróquia ganharão com isso, a Religiosa também, pois se encontrará em melhores condições para situar e desabrochar sua vocação diante dum laicado mais bem conhecido dela.

Esta situação da Religiosa na paróquia traz para ela pesadas e caras responsabilidades de que terá a peito tornar-se cada vez mais digna. Por uma profunda vida interior, pela aquisição dos necessários conhecimentos, entre os quais os ensinamentos doutrinários e sociais da Igreja não são seguramente os menores, ela saberá responder espiritual e humanamente à santa vontade de Deus e à expectativa dos homens, seus contemporâneos.

Com esta confiança, Sua Santidade envia de todo o coração ao diretório, aos congressistas e a todos os membros da União, uma paternal Bênção Apostólica.

Aceite, Revmo. Assistente Geral, a expressão de meus sentimentos de muita estima em Nosso Senhor,

*A. G. Cardeal Cicognani*

# ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES

*Irmão João de Deus, F.M.S.*

Nos momentos transcendentais que vivemos, os problemas educacionais revestem a máxima importância. Por isso, nada será excessivo, no que puder contribuir para a solução deles.

Acreditamos, convictamente, que as Associações de Pais e Mestres têm um papel relevantíssimo a cumprir em tal domínio.

Esta a razão porque trataremos do assunto, esforçando-nos por situá-lo, irrefragavelmente, no pensamento da Santa Sé, valendo-nos principalmente das luzes sempre esclarecedoras do imortal Papa Pio XII.

Ficará o trabalho subdividido nos seguintes tópicos:

- A — Pressupostos;
- B — Algumas rápidas considerações;
- C — Desenvolvimento do tema;
- D — Conclusões.

## **A — PRESSUPOSTOS:**

1 — A participação da família na educação dos filhos é ponto pacífico e não carece de demonstração;

2 — Essa participação pode revestir três aspectos: a) Atuação na família; b) Preferência da escola; c) Colaboração com a escola.

3 — Três são os principais agentes da educação: a) Família; b) Escola; c) Sociedade.

4 — A educação deve efetuar-se com a participação harmônica e constante desses três agentes.

5 — Através do educando, a escola deve formar a sociedade: a) Diretamente (atuando no aluno); b) Indiretamente (atuando na família pelo aluno).

6 — Os organismos educacionais, através de sua multiplicidade estrutural, devem visar à unidade formativa da pessoa humana.

## **B — ALGUMAS RÁPIDAS CONSIDERAÇÕES:**

1 — *Os meios a serem empregados não o devem ser aprioristicamente:* Julgamos que a experiência deve falar em primeiro lugar. Faltando esta, con-

vém pôr-se ao trabalho "ad experimentum" para, depois, deliberar, valendo-se das observações colhidas na prática.

2 — *Os meios a serem empregados devem estar equacionados em três sentidos:*

- a) Relativamente às possibilidades do educando;
- b) Relativamente às possibilidades da escola;
- c) Relativamente às possibilidades da família.

Há-de se olhar o problema, no seu conjunto, e não apenas, em algum aspecto parcial, pois, o que se procura é uma solução total.

3 — *Os meios, embora coisa secundária, devem estar ordenados ao objetivo em mira:* Não se estar prêso, portanto, a sistemas, mas ficar perante êles com a necessária independência. Escolhê-los com a prudência e a sabedoria das circunstâncias.

4 — *Nem sempre depende de nós o encontrarmos-nos em contingências favoráveis à educação; mas talvez dependa de nós, em grande parte, criá-las, levando em conta as três possibilidades assinaladas no inciso 2.* — Se não levarmos em conta as realidades existentes, corremos o risco de remar contra a maré, perdendo assim um impulso que, bem ordenado, poderá fornecer os melhores resultados. A nossa habilidade deverá consistir em transformar em auxílio o que poderia constituir um impecilho. E' sabedoria obedecer, por vêzes, às imposições contrárias da natureza.

5 — *Devemos aceitar a diversidade de estruturas, na organização das associações educacionais, desde que correspondam a realidades de fato.* — É uma questão de bom senso e de respeito às diversidades de temperamentos e de ambientes que, muitas vêzes, merecem todo nosso respeitoso acatamento.

6 — *As organizações educacionais devem gozar de suficiente autonomia.* Isto é muito importante senão indispensável. Respeitar comedidamente a personalidade das coletividades como a das pessoas, de modo a favorecer compreensivamente as legítimas iniciativas grupais.

7 — *As organizações educacionais, além de autônomas, devem poder federar-se a fim de atuarem com mais eficiência, em determinadas circunstâncias a envolverem o bem comum.* — É desnecessário justificar a idéia da federação e mesmo, eventualmente, a da confederação, diante das vantagens legais e morais que tal união de forças representa.

8 — *A aceitação das iniciativas mais deve depender da bondade intrínseca que elas encerram do que das qualidades da pessoa que as patrocina ou propõe.* As pessoas podem mudar, as instituições devem permanecer. Lamenta-se, com frequência, que empreendimentos oportuniíssimos se não realizam porque vinculados a pessoa que deixou de ser eficiente ou porque não agrada.

### C — DESENVOLVIMENTO DO TEMA:

Com êstes pressupostos e estas observações gerais, passemos a estudar as Associações que visam, direta ou indiretamente, à educação das crianças e dos adolescentes.

1 — *Um esclarecimento*: Encontramos freqüentemente, nos organismos educacionais, três expressões que, às vèzes, se tomam umas pelas outras quando, na verdade, cada uma tem seu sentido próprio. São elas:

- a) Associações de Pais de Família;
- b) Associações de Pais e Mestres;
- c) Círculos de Pais.

2 — *Distinção a ser feita*: As Associações de Pais e Mestres, por sua finalidade específica, não se identificam com as Associações de Pais de Família. Estas abrangem a família, no seu aspecto geral; aquelas, a família, mas antes, sob o ângulo educacional.

Prender identificá-las seria confundir a finalidade específica de ambas.

Também não se identificam com os Círculos de Pais. Cada um destes três agrupamentos tem um campo de ação próprio, sendo o Círculo de Pais o mais restrito, em seu raio de atividade.

3 — *Forma preferível*: Forma preferível deve ser a que mais elementos educacionais, encerra. Por isso, cremos que, pelo menos teoricamente, a preferível das três modalidades, acima apontadas, é a Associação de Pais e Mestres, por abranger os três agentes educacionais mencionados: a família, a escola e a sociedade.

“Quantas vèzes os mestres cristãos se queixam e se lamentam da dificuldade e, por vèzes, da impossibilidade com a qual se enfrentam quando na educação das crianças que lhes são confiadas, devem remediar e suprir, por seus cuidados, o que a família deveria ter feito e não fez ou o fez mal!

...não vos esqueçais nunca que ao lado de um bérço devem se encontrar dois pais e mestres, um natural e outro espiritual (Pio XII — *Alocução aos jovens esposos*, 15.1.1941).

4 — *Razões*: E' ponto pacífico que a educação deve ser o resultado dos esforços convergentes da família, da escola e da sociedade. E' imprescindível, pois, que êsses três fatores se congreguem, não só, na atuação como na criação e na manutenção de um ambiente para que essa educação se realize. Dond' a imperiosa necessidade de contactos permanentes, devidamente programados para se coordenarem os meios a serem empregados a fim de atingir tais resultados.

“A educação da criança e do adolescente devendo ser o resultado do esforço comum de numerosos elementos concordantes, daí toda a importância que ela merece à cooperação e ao entendimento entre os pais de família, a escola, e as obras que a ajudam e que lhe continuam a tarefa uma vez terminada” (*Rádio-mensagem “Entre los graves” ao Congresso pan-americano de educação católica*, 6.10.1948).

5 — *Posição incompleta*: Mas seja nas Associações de Pais de Família que sòmente cuidam da educação como uma das finalidades genéricas, seja nos Círculos de Pais, faltará um elemento importantíssimo na educação: o professor.

“O professor, não terá, pois, nada que dizer à família? Nada terá que fazer para a esclarecer, ajudar, a torná-la mais consciente da complexidade e da amplitude de sua missão? Inculcar-lhe conhecimentos certos de pedagogia, corrigir seus erros e estimular-lhe o zêlo? E' inadmissível que tantas famílias creiam ter satisfeito a seus deveres para com os filhos por tê-los enviados à escola, sem se preocuparem de colaborar intimamente com os professôres sòbre os quais julgam errada-

mente poder descarregar uma boa parte de suas obrigações" (*Pio XII — Alocução aos dirigentes da União Católica Italiana do ensino secundário*, 5.1.1954).

"Que estes mestres e mestras sejam eminentes educadores, quanto queirais que o sejam; pouco conseguirão eles fazer para a formação de vossos filhos se não unirdes vossos esforços aos delês" (*Pio XII — Alocução às mães de família italiana*, 26.10.1941).

Pio XI deixou claramente expresso seu pensamento na sua famosíssima encíclica "Divini Illius Magistri", a Carta Magna da Educação, farol imarcescível a iluminar as inteligências, desde 31 de dezembro de 1929:

"As boas escolas são fruto, não tanto dos bons regulamentos, como principalmente dos bons mestres que, egrêlamente preparados e instruídos, cada qual na disciplina que deve ensinar, e adornados das qualidades intelectuais e morais exigidas pelo seu importantíssimo ofício, se abrasam dum amor puro e divino para com os jovens que lhes foram confiados, precisamente porque amam J. C. e a sua Igreja de quem eles são filhos prediletos e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito o bem das famílias e da sua Pátria" (*D. P. VII, N.º 91*).

Pio XII, cujo tino psicológico atingia a mais fina sensibilidade de Mestre, que realmente o era como Papa, e de educador, por seus pendores culturais, avaliava, com ponderada justeza, o papel do "professor" nos labores educacionais. Ao dirigir-se a um grupo de professôres espanhóis assim se expressou:

"A vossa missão, como professôres, não se pode reduzir exclusivamente a ser veículo para a aquisição de uma ciência mais ou menos profunda, mais ou menos vasta, mas que deveis ser antes de tudo educadores do espírito e na justa proporção, modeladores das almas dos vossos alunos.

Vosso trabalho não se pode conceber como uma tarefa simplesmente individual, mas como uma função social em íntera coordenação, principalmente com as famílias e com as autoridades legítimas, numa comunicação mútua de elementos de julgamento, de meios de educação e de necessário prestígio, com o fim comum que é o bem social" (*Discurso aos participantes da peregrinação da Federação Católica dos Professôres Espanhóis*, 18.7.1957).

Se o papel do professor é tão relevante, como poderíamos pensar em equacionar o problema educacional, sem incluí-lo no estudo deste problema, dada a importância que representa e que tanto se enaltece?

Numa Associação que particularmente cogite de educação, a presença do professor que nós temos por educador, torna-se imprescindível.

Pio XII que, mais uma vez, deve ser citado, pela agudeza e clarividência com que tantas vêzes e tão profundamente se referiu aos problemas educacionais, nunca deixou de pôr em relêvo o papel do professor, para uma real eficiência da educação. Eis um pronunciamento dentre os mais sugestivos:

"Para que os pais católicos se beneficiem deste princípio (respeito à vontade dos pais em seu sistema escolar, muito particularmente no que se refere à formação do caráter) é preciso que o Estado cumpra o seu dever de tal modo que entre o lar católico e a escola, entre os pais católicos e os professôres de seus filhos, reine uma atmosfera de perfeita compreensão, de confiança recíproca e de colaboração irrestrita, convencendo-se de que, com relação ao problema mais importante e mais íntimo, a saber: a formação religiosa, mestres e pais têm o mesmo pensamento, as mesmas convicções, a mesma fé.

Vê-se assim, claramente, e não temos necessidade de insistir, a

importância capital da formação dos mestres para este problema fundamental.

O mestre é a alma da escola; é ele quem lhe transmite o espírito  
(*Alocução aos membros das Associações dos Professores Católicos da Baviera*, 31.12.1956).

Seria uma lacuna, em nossas desprezíveis considerações, se deixássemos de aludir ao pensamento do atual Papa, gloriosamente reinante, no concernente às Associações de Pais e Mestres.

Na mensagem que S. Santidade se dignou enviar ao *Office International de L'enseignement Catholique* (OIEC), quando este órgão celebrava o 30.º aniversário do aparecimento da encíclica "Divini Illius Magistri", disse expressamente:

"É permitido pensar que as claras diretivas de Pio XI nesta Encíclica não tenham ficado ausentes no crescente interesse demonstrado pelos pais cristãos no decorrer destas últimas décadas, para os problemas do ensino e da educação. Foi dado ver multiplicarem-se notavelmente, em torno das escolas, as "associações de pais", que se revelaram muitíssimo oportunas e úteis para assegurar a colaboração, sempre tão desejável, entre as famílias e os mestres a quem elas confiam seus filhos".

Servirá tal depoimento, quando menos, para comprovar que algo já se tem feito junto das famílias e que estas, por seu lado, se mostraram sensíveis à ação educativa que propugnamos, sem descuidar da participação pessoal dos mestres.

*Observação:* Fariamos notar que o V Congresso Inter-americano da C. I. E. C., celebrado em Havana de 4 a 12 de janeiro de 1954, teve como tema central: "A formação de professores e mestres católicos e a obtenção de títulos". O conjunto das teses apresentadas, os debates e conclusões constituem um magnífico volume de 918 páginas, com amplo material de estudo.

6 — *Situação real:* E' por todos reconhecida a falta de espírito associativo, entre nós; por outro lado, a família não está ainda suficientemente penetrada de suas responsabilidades, no papel que lhe cumpre desempenhar na preservação dos princípios fundamentais cristãos, mesmo quando se trata da educação da prole.

Isto faz com que, em geral, as reuniões de famílias, com finalidades de ordem cultural, espiritual ou cívica, sejam muito pouco concorridas.

Situação esta mais que lamentável e que provoca as mais sérias apreensões a quantos tenham responsabilidade ou atentem nas funestas conseqüências que de tal desídia podem advir.

Mons. Angelo Dell'Acqua, ao enviar, em nome de Pio XII, uma carta ao Cardeal Giuseppe Siri, Arcebispo de Gênova, por ocasião da XXVIII Semana Social Católica Italiana, traz a seguinte passagem:

"É preciso, por outro lado, considerar as relações da escola com a família. E' este um problema urgentíssimo, hoje em dia, e sobre o qual o Soberano Pontífice não se cansa de chamar a atenção dos educadores. Infelizmente, nem sempre se apela para a colaboração consciente dos pais e o problema da relação entre as duas instituições tende a ser encarado antes sobre o plano de interesse prático ou puramente cultural, do que do interesse educativo".

7 — *Os filhos, centro de interesse*: Sucede, porém, que os colégios dispõem de um recurso impar, para contrafazer tal situação, se se souber apreender o problema: os filhos destas mesmas famílias.

Devem os educadores valer-se da presença dos filhos, nos colégios, para criarem centros de interesse que atraiam a família à escola. Para tal missão, existem as Associações de Pais e Mestres que, devidamente organizadas e dinamizadas, podem exercer um papel realmente providencial.

“Muito bem avaliámos o trabalho de formação e educação desenvolvido pelos professores católicos que contribuem de modo decisivo e mais do que os próprios pais, especialmente em nossos dias, para formar a criança nos seus primeiros anos até chegar à plena maturidade, preparando-a para a vida, com firmes convicções morais e religiosas (Pio XII — *Carta dirigida às Associações das Professoras alemãs*, 13.5.1955).

8 — *Dificuldades*: A dificuldade em resolver um problema não faz desaparecer esse problema nem tão pouco a obrigação de lhe procurar uma solução. Muitos colégios não têm as Associações de Pais e Mestres, porque lhes fica difícil obter a adesão dos Mestres, seja tanto no comparecimento, como na falta de identidade de vistas, nas questões pedagógicas ou administrativas, entre eles e a diretoria ou o corpo docente.

Temos de aceitar e respeitar tal situação, desde que não seja possível ter a Associação de Pais e Mestres, teoricamente a coisa melhor. Fique-se então na Associação de Pais de Família ou Círculos de Pais.

“É isto apenas um ponto dentre os muitos outros para mostrar que a colaboração dos pais e dos professores deve ser constante e profunda. Tanto assim que um dos vossos congressos (novembro 1951) estudou “a escola como um todo de comunidade educativa”, e gostosamente animamos quanto facilita e torna sempre mais estreita a colaboração da escola e da família (Pio XII — *Alocução aos dirigentes da União Católica Italiana do ensino secundário*, 5.1.1952).

9 — *Possibilidades*: Das três modalidades, a da Associação de Pais e Mestres é a mais eficiente, embora a mais difícil de se conseguir. Ela se torna mais viável nas Congregações religiosas cujos professores, em boa parte, senão na maioria e até na totalidade, são religiosos. Estão neste caso quase todas as Congregações femininas e algumas masculinas.

Elas, portanto, tudo deveriam fazer para terem as Associações de Pais e Mestres, face ao grande papel que podem desempenhar, no setor educacional. Eis um verdadeiro programa apontado por Pio XIII:

“...ao cuidado sempre mais da educação que da instrução, aperfeiçoando vossos métodos, concedendo margem sempre mais ampla ao ensino da Religião, melhorando a seleção dos livros de texto, estimulando a colaboração das famílias de vossos alunos, não poupando sacrifícios na formação de vossos professores, acompanhando vossos alunos na saída das aulas, com obras oportunas de Assistência post-escolar e pondo toda atenção nas obras sociais de ensino, como o merecem, tão necessárias em nossos dias, vossas atividades pedagógicas merecerão ao menos o respeito de todos...” (Rádio-mensagem ao V Congresso Inter-americano de Educação Católica, 12.1.1954).

10 — *Adaptação*: Tais Associações de Pais e Mestres trazem, porém,

certos inconvenientes que não desconhecemos, para as Congregações religiosas, mórmente femininas. Tal situação, contudo, não as dispensa de lançarem mão dêste meio educativo de primeira ordem. Quando a Igreja as autorizou a educar a mocidade em seu nome, quando a Pátria lhes reconheceu os títulos para o magistério, essas Congregações assumiram o compromisso de preparar pela educação os futuros cidadãos. "Os jovens têm direito a tudo o que fôr necessário ao seu aperfeiçoamento e preparação de um futuro certo" (Ebarhard Welty, Catecismo Social, II, pg. 123).

Ora, nós devemos educar integralmente e não apenas sob determinado aspecto. Por isso, é que profissionalmente falando, nós trairíamos a Igreja e a Pátria se não empregássemos os meios necessários ao cabal cumprimento de nossos deveres de estado.

"A arte da educação é, com efeito, sob múltiplos aspectos, a arte de se adaptar: adaptar-se à idade, ao temperamento, ao caráter, à capacidade, às necessidades e às justas aspirações do aluno; adaptar-se ao ritmo do progresso geral da humanidade (*Pio XII — Alocução ao Colégio S. José de Roma*, 6.5.1951).

Os contatos indispensáveis com as famílias, o conhecimento de certos problemas delicados, o ajustamento de alguns pontos do horário, a dispensa de determinados exercícios de comunidade exigem uma certa adaptação, a que os Superiores estão obrigados, se quiserem ficar no espírito de obediência à Igreja.

"É possível que certos pontos do horário, certas prescrições que não são simples aplicações da Regra, alguns costumes que talvez correspondessem a determinadas condições de outros tempos, mas que no atual momento só servem para complicar a obra educadora, devem ser adaptados às novas circunstâncias" (*Pio XII — Alocução às Religiosas docentes*, 13.9.1951).

Quando Pio XII, tão insistentemente se referiu à adaptação das Congregações Religiosas às necessidades do apostolado moderno a isto também aludiu:

"Quem aspirar por vocação religiosa ou livre escolha profissional a tornar-se educador, deve persuadir-se que ninguém se pode improvisar como tal; urge ao contrário preparar-se para esta função árdua por uma aprendizagem adequada... deve conseqüentemente apressar-se em enriquecer seus próprios dotes naturais de intuição e de sentimento, graças à aquisição de um conjunto apropriado de conhecimentos e de experiências tiradas das ciências pedagógicas" (*Pio XII — Discurso aos membros de associação educadora italiana*, 24.10.1955).

Há, por vêzes, hesitação em se decidirem certas reformas com receio de se ofender a memória dos Fundadores. Se de um lado, importa haver essa delicadeza, no referente a determinadas adaptações, de outro, não encobriria, em alguns casos, um comodismo repreensível e falta de zelo?

Não se ficaria, neste caso, em franca desobediência passiva para com o primeiro Superior de todas as Congregações, o Santo Padre?

Não foi sem razão que Pio XII lembrou terem sido sempre os Fundadores homens do seu tempo e do nosso sriam se nêle vivessem.

"As próprias normas das Constituições, tomadas segundo a letra e o espírito, facilitam e proporcionam à Religiosa quanto lhe é necessário e que ela deve fazer, em nossa época, para ser uma boa profesçora e educadora. Dá-se isto até no domínio puramente técnico. Por exemplo,

hoje, em mais de um país, até Irmãs utilizam convenientemente a bicicleta, quando seu trabalho o exige. No começo era uma coisa completamente nova, não, porém, contra a Regra" (*Pio XII — Alocução às Religiosas docentes*, 13.9.1951).

Preocupado com esta necessidade de adaptação e magoado com certas relutâncias inexplicáveis, Pio XII, dois meses antes de falecer, a ela se referiu quando, numa tríplice alocução, falou às monjas enclausuradas. Na alocução proferida a 2 de agosto de 1958, entre outras coisas afirmou:

"Que os mosteiros e as Ordens monásticas apreciem o seu caráter próprio, o protejam e lhe conservem fidelidade; é o seu direito, e seria injusto não ter isto em conta; mas não devem defendê-lo com estreiteza de espírito e rigidez, para não dizer, com uma certa contumácia que se oporia a toda evolução oportuna e não se prestaría a nenhuma adaptação, mesmo quando o bem comum o exige".

11 — *Papel dos Superiores*: Devem-se preocupar os Superiores como efetuar tal adaptação. Mas esta preocupação se os tem de revestir de toda a prudência, não os deve inibir a ponto de os amedrontar, paralizzando-lhes a ação. Há certos riscos que é preciso correr. Mas também aqui há a graça de Deus que atua.

"Os Superiores maiores e o Capítulo geral devem cuidar disto (da adaptação) nesta matéria, conscienciosamente, com clarividência, prudência e coragem, e, quando a coisa o exige, não deixar de submeter as mudanças propostas às autoridades eclesásticas competentes" (*Pio XII — Alocução às Religiosas docentes*, 13.9.1951).

A esta altura de nossas reflexões, talvez seja proveitoso transcrever o seguinte comentário de Thomas Merton, no sentido de nos esclarecer neste assunto.

"S. Bernardo serve-se dêsse argumento (que o homem apostólico fica mais exposto a senões que o contemplativo) para fustigar os monges que criticam as faltas e fracassos dos seus coirmãos envolvidos numa vida ativa. Se eles, os contemplativos, estão ao abrigo dessas faltas, é por causa do refúgio que a vida monástica representa, uma soldão e vantagens inerentes a seu retiro. O monge contemplativo, que critica seu irmão a braços com uma vida muito mais difícil é semelhante a uma mulher que criticasse os soldados de um exército em retirada enquanto está ela tranqüillamente sentada a coser à sua janela" (*Marta, Maria e Lázaro*, pág. 61).

Com o romancista brasileiro Guimarães Rosa, também neste sector, é oportuno afirmar-se: "Viver é muito perigoso".

Portanto, prudência, sim; contudo, decisão também.

12 — *União de esforços*: Mas seja qual fôr a modalidade de nossas organizações, no referente à educação, há um objetivo final que não devemos esquecer: formar o homem de amanhã, como indivíduo e como membro da sociedade.

"Mas a educação seria incompleta se apenas se atingisse uma parte do seu objeto; isto é, se se limitasse a atingir o bem pessoal físico, temporal e eterno de seus alunos. Deve-os formar ainda e prepará-los a exercer em seu tempo e na sua geração, e mesmo nas gerações futuras, uma ação salutar, de tal modo que a cravessem o mundo deixando-os após si melhor e mais belo do que o encontraram" (*Pio XII — Alocução ao Colégio S. José de Roma*, 6.5.1951).

Isto implica sérios problemas a que não podemos ficar estranhos. E o primeiro é o da própria sociedade que tanto influi na educação ou d sedução da mocidade.

Assim como os diversos elementos educacionais se devem unir para alcançar o fim colimado, também os diversos organismos que, de um ou de outro modo, visam ao aprimoramento da sociedade, devem congregiar seus esforços para atingirem concomitantemente tal finalidade.

Ora, há problemas e interêsses que a todos devem servir de denominador comum. Nas sua defesa ou na sua solução urge estarmos insofismavelmente juntos e atuando em uma só direção, aquela que nos fôr indicada pela Hierarquia.

Para isso, unamo-nos, organizando nossas Federações ou Confederações, embora respeitando a autonomia das Associações, sejam e.as de que tipo fôr. Se isto fizermos teremos dado ouvidos obedientes a Pio XI, que assim terminou a sua famosa "Quadragesimo Anno"::

"Unam-se, pois, todos os homens de boa vontade, que sob a direção dos Pastores da Igreja querem combater êste bom e pacifico combate de Cristo; e todos, segundo as diretivas e ensinamentos da igreja, se esforcem por contribuir na medida do seu engenho, fôrças e condição para aquêlê renascimento cristão da sociedade, que Leão XIII inaugurou com a imortal Encíclica "Rerum Novarum"; não se procurando a si mesmos nem os seus próprios interêsses, mas os de Jesus Cristo, não telmando em fazer triunfar suas idélas, por boas que sejam, mas dispostos a sacrificá-las ao bem comum; para que em tudo e sôbre tudo reine e impere Cristo, a quem seja "honra, glória e poder por todos os séculos" (Apoc. 5, 13).

#### D — CONCLUSÕES:

Propomos quatro:

- 1.<sup>a</sup> — Cada escola tenha a sua Associação, de acôrdo com as suas possibilidades: Pais de Família, Pais e Mestres, Círculos de Pais;
- 2.<sup>a</sup> — Quanto as circunstâncias o permitam ou recomendem, dê-se a preferência, nos Colégios, às Associações de Pais e Mestres;
- 3.<sup>a</sup> — Estas Associações, seja qual fôr seu tipo, reunam-se em Federações estaduais ou regionais, visando a uma Confederação Nacional;
- 4.<sup>a</sup> — Que nos lugares em que já existam essas Associações, haja um movimento de união de esforços, para se federarem, embora cada unidade conserve a sua autonomia.

## AS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS FACE AO APÊLO PROVIDENCIAL PARA AS TAREFAS DO PORVIR

*Pe. Frei Dietmar Westemeyer OFM*

(Continuação do número anterior)

3. Falar do trabalho equivale, em certo sentido, falar do homem a quem traz vantagens o mesmo trabalho; acresce que vamos tratar de nossas tarefas do futuro e da futura humanidade, a quem servirão os nossos trabalhos.

Trataremos mais uma vez da nossa coordenação com o mundo e com as suas realidades, e, parece-nos, constitui êste tratado um assunto capital: qualquer interpretação menos acertada poderá, aqui, acarretar obstáculos intransponíveis a tentar abrir, com arrôjo, caminhos novos e ousados.

Eis como muitos cristãos interpretam a nossa relação com os seculares: Depois de deixarmos o mundo e adotarmos a clausura, vivemos uma vida consagrada a Deus unidos numa família, não pelo sangue, senão pela filiação voluntária (e há os que dão mais valor a esta do que à filiação carnal!), mas vivemos de costas voltadas para o resto da humanidade. Vivemos, assim, num verdadeiro Abrigo Conventual, em comunhão uns com os outros, mas sem comunhão com os fiéis da Igreja. Com as nossas esquivanças à vista dos seculares, não somos, por ventura, nós religiosos que lhes damos tôda razão?

E' certo que nos casos catastróficos todos podem contar conosco, e não receamos trabalhos árduos e penosos, quando somos chamados. Mas até nisso muitos de nós dão a impressão de total apatia quanto ao homem X e ao indivíduo Y, como se não fôsem pessoas vivas, mas objeto de sua ocupação ou preocupação (Cfr. acima Friedrich Wulf). Há mesmo teóricos da vida espiritual e religiosa que defendem tal procedimento, afirmando que, fundamentalmente, é assim mesmo: a nós, na qualidade de religiosos, não pode interessar o homem como homem, senão somente o serviço que lhe prestamos.

Suponhamos fôsse mesmo assim, todavia nenhuma mudança isto traz ao sentido e à progressão das nossas exposições. Concedamos que as crianças e jovens, a quem servimos, nada tenham a ver pessoalmente conosco, assim mesmo devemos prestar-lhes assistência generosa e amorosa, pois são membros da Igreja, predeterminados até a serem membros deveras valiosos da Igreja; pois são-nos preciosos como futuros cooperadores eventuais nossos a continuar nossas obras; pois gostaríamos já agora de saudá-los como sucessores nossos em

pelas quais Deus igualmente se revela a nós.

Isto pôsto e pressupôsto —

- deveríamos olhar a juventude feminina de hoje com olhos benévolos e coração generoso;
- deveríamos tentar apreciá-la não pelo padrão de nossas reminiscências juvenis, mas nela descobrir todo o bem que possuem;
- deveríamos esforçar-nos, sèriamente, em considerá-la amável, também em seu procedimento por enigmático ou repelente que pareça, em suas maneiras faroésticas, em sua busca de comções superintensas, em sua sêde de jazz e tôdas as travessuras possíveis e impossíveis;
- deveríamos ter alguma compaixão com elas, ceder-lhes um lugarzinho para o seu estilo de vida, introduzindo o estilo de vida juvenil em nossos internatos. Mas que digo: só nos Internatos? Não. Porventura até no Postulado e no Noviciado, muito embora com mais moderação e delicadeza? (Será que nos perdoam esta intercalação? Tudo indica que algumas Congregações excluem, em absoluto, qualquer inovação na educação formativa de suas candidatas);
- deveríamos revisar a nossa antiga concepção de Comunidade: quando ela se reúne, sempre militarizadamente compacta, sem que falte ninguém! Deveríamos aperfeiçoar o conceito de comunidade com os conhecimentos racionais modernos e com as tendências naturais de formar os grupos e dar valor a cada um de seus membros: isto já não seria simples complemento exterior, mas uma real remodelação, real fecundação, novo caminho de harmonização substancial;
- deveríamos, talvez, espaçar mais o ritmo do horário das ocupações diárias, para que represente pouco mais do que simples rotina regulamentar.

5. São demasiados os assuntos suscitados neste setor, que deveriam **ser versados**. Um dêles é de âmbito geral e resume-se numa questão fundamental: o que significa e o quanto implica o fato de ter a maior parte das Congregações não só as suas Constituições, mas, além delas, ainda uma Regra, e o fato de que as determinações de uma e outra não obrigam a consciência sob o risco de incorrer em pecado.

Segundo as nossas observações pessoais, nem tôdas as Congregações têm na devida valia o valor fundamental da Regra. Muitas vêzes são as Constituições que estão na ribalta. Compreende-se: foram talhadas para tal e tal Congregação, ao passo que a Regra, às vêzes, vigora para muitas Congregações da mesma família. Daí a impressão de serem elas o livro determinante de tôdas as obrigações, figurando a Regra como simples Introdução.

Na realidade, juridicamente, o inverso é a verdade: a Regra constitui o livro que caracteriza o espírito, determina a rota geral, salienta os pontos capitais, estabelece o grau da obrigatoriedade. Ela interpreta as Constituições, seus capítulos e seus artigos prescritivos. É à luz da Regra que se explicam as Constituições, e não o contrário.

Normalmente, as Constituições nada prescrevem sob pecado. Importante também é o seguinte: não têm o caráter de perenidade. A Regra, sim, tem por natureza uma certa nota de inmutabilidade, mas as Constituições são, por sua

própria natureza, reformáveis em suas disposições concretas, que se prescrevem por si, quando se revelam contraproducentes.

Na revisão das diversas determinações dos Estatutos, será sempre necessário apresentar razões documentadas, se ou quando deverão ser alteradas? Ou, ao invés disso, exigir-se-á uma especial justificação para permanecerem inalteradas? Para certas disposições estatucionais seria o segundo método o mais indicado.

Feita, pois, a diferença entre Regra e Estatutos, e explicitada a abstenção de estabelecer novas possibilidades de pecar, parece concludente poder afirmar-se que também a vida claustral, como a Igreja a vê, não é uma caserna, onde está rigidamente tudo regulamentado; a Igreja quer que também na Comunidade conventual a liberdade dos filhos de Deus seja prestigiada. Por conseguinte:

a) seria deveras desastroso inserir, pouco mais pouco menos, as determinações dos estatutos entre os deveres de consciência, ou cancelar de pecaminosas quase tôdas as ações que delas se desviem. Como ainda poderia subsistir a sublime, preciosa, imprescindível dádiva da liberdade? Mais sensato seria, com efeito, conceder ainda maior elasticidade aos Estatutos, enquanto que não periclitem as supremas finalidades da Vida Religiosa!

b) seria deveras desastroso reter prescrições estatucionais obsoletas e, atualmente, contra-indicadas, com desconhecimento dos valores legítimos e impulsionadores da Tradição. Isto impediria a florescência de novas iniciativas em novos moldes mais atualizados, constituiria um pêso morto a oprimir inútilmente tôda a Comunidade, reduziria muito a aptidão da Congregação para os serviços da Igreja do presente. O que denota um procedimento desnatural e perigoso é mesmo querer conservar, à viva fôrça, o que, por exigência da própria natureza, tende a ulterior desenvolvimento.

6. Nossas reflexões nos forcem avante, a tomarmos, como religiosos, uma atitude leal ante a tradição, o costumeiro, as inovações progressistas.

Compreende-se que tôdas as Religiosas, à semelhança da Mãe Igreja, reverenciem em tão subido grau a Tradição, especialmente por ocupar nela a Madre Fundadora um lugar muito firme e privilegiado. Nada a opor a isso. Mas só por isso não se permite fechar os sentidos ao progresso, porque, como cristãos de votos evangélicos, estamos muito de perto aliados ao Espírito Santo, e, como homens iguais a outros homens, sujeitos também às leis evolutivas, às quais Deus Criador submeteu a natureza humana para a própria valorização e aperfeiçoamento.

O que isto quer significar?! Que devemos depositar mais confiança em tudo o que vai acontecendo com a sucessão das gerações nos Conventos. Querer reter algum momento da história da Congregação, alguma época, como se fôra o século patenteado pelo próprio Deus, e, por isso, a culminância insuperável e o modelo-padrão para tôdas as épocas do porvir, significa julgar com temeridade o bem que Deus fez nascer e depositou no seio da Congregação, para que ela o leve a pleno desenvolvimento. Significa, ainda, desconfiar da boa semente e das futuras vocações suscitadas por Deus. Congregação como deva ser só poderá ser aquela que não se deixa manietar por falsa maneira nem

privar-se das possibilidades evolutivas. Toda Congregação necessita, em sua condizente reclusão, do sopro de novos ventos, vindos de fora, de hoje e de amanhã, senão cobre-se de mofa, esteriliza-se, estiola e retrograda, mesmo que tenha vindo à luz no tão decantado século dezanove.

Os 700 anos de História de nossa Ordem Franciscana não impediram que a nossa Província saxã, no século transato, apresentasse belos exemplos de ansiedades e nervosismos, de tradição e de progresso. A esta Província, na época da Secularização, tomaram-lhe os conventos todos com exceção de apenas seis, e o Governo prussiano vetou-lhe a admissão de noviços à Ordem, lei executada fielmente pelo espaço de trinta longos anos. Tempos terríveis, mas também heróicos. Abriram-se as portas em 1843, mas a Província constituía-se apenas de Padres de muita idade. Mas a mocidade afluiu numerosíssima ao noviciado em Warendorf. Ali se rivalizavam a alegria e a tenacidade, numa justa reação dos bons à perseguição havida. Warendorf tornou-se a sementeira de uma renovação pela base. Assim a sentiram e a batizaram. Seus serviços estavam todos dedicados para grandes empreitadas.

Já em 1858 emigraram os primeiros missionários para a América do Norte. Depois de 1870 seguiram os desterrados pelo célebre Combate Cultural (Kulturkampf). Além da Regra de S. Francisco, levavam ainda um distintivo e um lema: era Warendorf. A todos expunham as suas razões: assim se vive em Warendorf, assim se pratica em Warendorf, assim se reza em Warendorf, assim se fazem as coisas em Warendorf. Esta palavra mágica facultava viver heróicamente, em pobreza e renúncia heróicas: mas, também, obstava ao desenvolvimento e a uma aclimação perfeita. Ainda depois da primeira guerra mundial faziam os religiosos uma das leituras à mesa em sua língua materna, embora desde o começo do século não recebessem outros reforços em pessoal da Província-Mãe. Como que sustiveram a marcha do tempo no espírito warendorfiano, aferrando-se à época de meados do século passado. Uns consideravam isso como importuno entrave, outros, de visita ao seus, apegavam-se de corpo e alma a Warendorf.

Já na mesma Saxônia bem depressa se desvaneceu a auréola de Warendorf, pois, devido ao Combate Cultural, um convento em Harreveld (Holanda), tomou a si a missão e tarefa de Warendorf. O dito convento mantinha um Abrigo das vítimas dos despejos, era Casa-Mãe da Província, mantinha um Ginásio, a Formação dos Irmãos leigos e o Noviciado dos Irmãos clérigos até 1909. E o "espírito de Harreveld" ficou sendo o novo símbolo e força mágica de toda a Província. Com êle eram estimulados clérigos e leigos, dêle falavam respeitadamente os visitantes. Tudo muito certo, enquanto não entrave o progresso; não pode servir de obstáculo a inovações necessárias. O século 19 com suas prendas e seus defeitos esbarra de encontro a uma nobre atitude herdada do século passado: é, simplesmente, impossível mantê-la, ainda, é injusto e é contraproducente. Altíssima que seja sob o aspecto natural e cristão, nunca, todavia, constitui o apogeu de todos os tempos ao dispor de Deus.

Se somos homens e cristãos conscientes, temos de viver rumo ao século 20, com a imagem de nosso Fundador ante os olhos e com a sua Regra na mão.

Êis o lugar em que, no transcorrer do tempo, Deus nos colocou, o lugar em que, aptos e atualizados, devemos portar-nos como verdadeiras testemunhas de Cristo.

7. Seria aqui o lugar de falar da Madre Fundadora, de sua personalidade, missão, obra, método de ação, contratempos e fracassos, esperanças do porvir. O desabrochar da Irmandade ou Congregação nem sempre sucedeu segundo a mente primitiva do Fundador, como se deu com S. Francisco de Assis; e, semelhantemente, com S. Francisco de Sales, e parece que S. Vicente de Paulo não faz nisso exceção. Os citados avantajavam-se, em parte, tanto a seu tempo, que a Fundação idealizada não cabia adequadamente em seu tempo, de sorte que lhes não saía a satisfatório e pleno contento.

Fôsse assim ou assado com os demais Fundadores e Fundadoras, o que é certo é o seguinte: suas grandes concepções serão legítimas e concretizadas segundo as intenções do Fundador, se os supremos sucessores dêles lançarem um olhar decidido tanto para trás como para frente.

Sintoniza com isso a impressão que deixam os relatórios do Congresso dos Religiosos em 1950. Todos os assuntos referentes à Vida Religiosa foram então debatidos sob o tema da adaptação. Adaptar-se significa, nem mais nem menos, olhar para a sua Congregação com os olhos do presente, projetá-la na atualidade, como nela o Fundador a quisera ver. Isto denota e quer lealdade para com o Fundador guiado pelos carismas de Deus, como também prudência em não desmerecer junto à Igreja, que espera serviços proficientes de cada Fundação.

### III. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Julgamos poder resumir êste capítulo, pois seguirá ainda a Conferência sôbre as Tarefas do Futuro.

1. Constitui praxe cristã-religiosa apelar para a confiança em Deus e para a fidelidade, nos tempos confusos e difíceis: "Não percam os nervos", "Sejam muito conscienciosos!" — S. Paulo diz o seguinte: "De um administrador o que se requer é que seja fiel" (1 Cor 4,2). De fato, êste conselho toca na base o cerne de tôdas as virtudes, às quais exortamos as Irmãs nas circunstâncias presentes.

Mas são virtudes para iniciativas gerais. Mais duas atitudes se impõem com igual força: a primeira é a sobriedade, que toma a realidade como ela é para andar com tôda segurança, e para não proceder em desacôrdo com ela, colhendo surpresas amargas, apesar da boa vontade; nem Deus pode poupar, nem mesmo aos servidores mais dispostos, tais embaraços e complicações, porque é Deus Criador e Salvador ao mesmo tempo e exige, pois, reverência à Criação e à Salvação. A segunda é a generosidade, que ensina a renunciar-se para ganhar-se em outra modalidade, segundo a sabedoria de Jesus: "Quem quiser (: a todo custo) salvar a sua vida (: a sua Congregação), perdê-la-á; quem, porém, por minha causa, perder a sua vida (: renunciando aos gostos pessoais), achá-la-á" (Mt 16,25). Nestas palavras está contido um grande

preceito para nós na atualidade. Exigem plena prontidão ao chamado de Deus, sem manobras contemporizadoras.

2. Já de início aludimos aos dados da estatística no tocante à proliferação de cada Congregação: maior bênção coube àquelas que mantêm missões entre os pagãos, que trabalham em ligação com uma Ordem de religiosos sacerdotes, e que recrutam candidatos entre diversas camadas sociais, e não de uma só. São dados de 1958, e talvez existam cálculos mais recentes.

Tratando-se de dados positivos e certos, encorajam as Congregações a relancear os olhos para tôdas as direções e a tentar novas experiências, seja abandonando antigos ofícios ou setores de atividade, seja devotando-se a novas iniciativas. Em se tratando de salvar uma Congregação do risco de extinção total, faz-se mister o empenho de resoluta decisão, e de muito jeito e habilidade. Também a Sra. Elisabeth Denis apontou as citadas possibilidades na sua mencionada conferência "Sobre origem e desenvolvimento das casas de assistência de nossas Irmãs". Os exemplos por ela enumerados não nasceram de um cérebro tacanho, e suas sugestões de introduzir mudanças quanto aos setores de trabalho, são ditadas pelo imperativo da hora de ensaiar uma tentativa mesmo arriscada. Ambos exigem mais do que os esforços comuns e cotidianos: "Com os métodos comuns e vulgares de uso cotidiano, nada feito", quer sob a visão carismática, quer à vista da grande empreita; decisiva é a assistência da graça divina.

3. Todos compreendem, e sabemos de própria experiência, como é difícil, num dado caso, disporem-se as Congregações a um novo campo de ação, para o qual não se sentem, ou só sofrivelmente, equipadas, p. ex., a aceitar uma missão no estrangeiro, mais ainda, no setor da educação e ensino, quando nunca exerceram tais atividades. Certa vez, dirigimo-nos a uma Congregação para que aceitasse a direção de um ginásio nas missões, embora nunca tivesse trabalho em missões estrangeiras nem dispusesse de Irmãs Professôras; contava, apenas, com duas Irmãs novas que tinham absolvido o curso ginásial. Com tão pouco, a Congregação atreveu-se a aceitar a proposta, e agora está satisfeita com o novo campo de ação mantido já durante alguns anos. Esta nova iniciativa propulsiona tôdas as boas fôrças e aspirações em extensão e em elevação. (Nota do tradutor: o conferencista alude à Congregação franciscana de N. S. dos Anjos, em Bacabal, Est. do Maranhão).

4. Nestes e em semelhantes casos deveriam as Congregações deliberar sobre a possibilidade de associar-se a elementos capazes do laicato a partilharem de seus trabalhos e responsabilidades. O instituto *Meinwerk* é uma belíssima ilustração de como leigas e religiosas, ou seja, religiosas e leigas podem congrajar-se em boa parceria ou coleguismo e, unidas trabalhar com harmonia e muita eficiência. Muitas Congregações perderiam anos preciosos, se fôssem esperar a formação de seus próprios membros para assumirem as cadeiras de ensino. Recorrendo, porém, aos auxílios do mundo leigo, poderão agir com rapidez: as fôrças leigas conquistariam novas simpatias para com a Congregação, completariam com as suas experiências os métodos de ensino vocacional, fortaleceriam o contato com o mundo de fora e com o seu serviço: tudo muito alvissareiro.

5. Este contato com os leigos não supre a ligação com uma Ordem de sacerdotes religiosos. Não querendo as Irmãs quedar-se numa espiritualidade estanque, deverão dar a uma Ordem ou Congregação de Padres a oportunidade de compartilhar de suas responsabilidades. Os Padres Franciscanos de uns anos para cá, celebram suas reuniões com os diversos ramos da Ordem Terceira Regular franciscana, num consórcio de permuta, com muita vantagem recíproca e em prol do ulterior desenvolvimento das instituições franciscanas de Ensino e Formação. Com a terceira série dos opúsculos “Vida Religiosa Franciscana”, recém-inaugurada, também os das duas primeiras séries (“Fontes de Estudos Franciscanos”, “Livros de Espiritualidade Franciscana”) conquistam sempre maior número de apreciadores. Desejamos que tôdas as Congregações de Irmãs obtenham iguais auxílios, instituindo um semelhante serviço de permuta com uma Ordem de religiosos sacerdotes.

6. Com tais auxílios, ainda não teriam as Irmãs a assistência em todo o sentido. Seria ótimo se dirigissem, espontâneamente, as Congregações a todos os sacerdotes, quando lhes pregam ou as atendem de confissão, a fim de que êstes aprimorassem seu serviço de assistência às Irmãs. Estranhamos, p. ex., que as Vicentinas,, em vésperas de dois jubileus neste ano (S. Vicente de Paulo e S. Luísa de Marillac), não se apresentassem em público com prospectos, sugestões e pedidos, o que seria fácil e abrilhantaria mais os festejos. Em 1953/54 quiséramos, neste sentido, enviar um questionário às Irmãs, a quem nossos Padres pregam a conferência mensal, mas a falta de tempo não o permitiu.

7. Enfim, temos de citar a totalidade do clero, quer os padres que não têm contato direto com freiras (embora tenham também de pregar sôbre o ideal religioso e encaminhar as candidatas), quer os que tenham conventos de religiosas em suas paróquias, ou paroquianos em convento de religiosas. Em nossa segunda Semana de Ação das Irmãs Franciscanas deliberou-se enviar até dentro dos seminários um folheto com o pedido de já os padres recém-ordenados se interessarem pela assistência das Irmãs. Nisto é notório o retraimento dos padres ainda maior ante Irmãs retraídas também. Tem importância êste convite aos futuros sacerdotes; para mais tarde adiou-se deliberar, a fim de fazer chegar a voz a todos os curas de almas, fôsse dirigido um pedido à Redação da revista “Pastoral Viva”, que editasse um número especial sôbre a condição atual das Congregações Femininas.

Eis as possibilidades de fácil realização, em parte pelas Irmãs, em parte por seus amigos, em parte por ambos em sociedade.

Com isto vamos terminar. Falamos, transbordando de confiança: confiança em Deus, no desenvolvimento espiritual dos cristãos da atualidade, nas tarefas das Congregações neste tempo, nas próprias Irmãs. Sobretudo falamos com o coração cheio de benevolência. Permita a graça de Deus que tudo encontre o terreno apropriado em vossos corações!

## PROMOTORAS DE VOCAÇÕES RELIGIOSAS FEMININAS

Pe. Bertrand de Margerie, S.J.  
do Departamento de Vocações da CRB

Quem melhor que as próprias Religiosas apresentaria ao público a superioridade da maternidade espiritual sobre a já tão nobre maternidade carnal?

Quem, mais do que a Religiosa brasileira, de nascimento ou de adoção, poderá fazer entender à juventude feminina do Brasil o insuficiente número atual das Religiosas no Brasil, e as graves conseqüências futuras desta escassa?

Adivinho a objeção dos meus leitores: no Brasil, a vocação religiosa feminina não precisa de nenhuma apresentação, porque o número das freiras está constantemente crescendo, e passou de 23.920 professoras em 1955 a 30.034 em 1958 — aumento de 28% em 3 anos! Admirável progresso, que não deve iludir ninguém: não só uma boa parte vem do estrangeiro, mas ainda e sobretudo, devemos comparar o número das Religiosas no Brasil com o mesmo nos países estrangeiros, e com as necessidades da Igreja na pátria e no mundo.

No mundo inteiro, as Religiosas católicas somam 930.000; logo 3% somente estão na maior nação católica do mundo, onde vivem 11 a 12% dos católicos do nosso orbe: proporção três vezes maior.

Na França, há aproximadamente 28,6 Religiosas para 10.000 católicos; na Alemanha, 35,7; nos Estados Unidos, 49; na Inglaterra, 55,2; na Holanda, 70,3; no Canadá, 96. E no Brasil? A proporção não chega a 5 para 10.000.

Como podem observar imediatamente os leitores, é a proporção mais fraca entre tôdas as nações grandes ou mesmo medianas, e isto na maior nação católica deste mundo! Se tivéssemos a porcentagem canadense, teríamos... 600.000 Religiosas! E o trabalho não lhes faltaria! No entanto, temos 5 vezes menos Religiosas do que a Itália e os Estados Unidos, apesar duma população católica maior! (1)

Qual é a Superiora que não se queixa da falta de pessoal?

Devemos, então, confessar, já no limiar da nossa análise, a crise de vocações religiosas femininas no Brasil. Aqui como alhures, é provável que esta

---

1) O leitor encontrará dados estatísticos mais pormenorizados no artigo que publiquei na Revista "Sponsa Christi", maio-junho de 1961, pp. 196-212, sobre: "O papel insubstituível das Religiosas na Campanha Vocacional".

crise seja, em parte, resultado da insuficiente cultura das vocações femininas por alguns Padres e escritores católicos. Pio XII notava-o em 1952. E talvez seja também o resultado do limitado esforço de imaginação criadora por parte das próprias Religiosas... Para ajudar êste esforço, vamos mostrar uma solução possível: o trabalho efetivo de Promotoras locais e provinciais do cultivo de vocações femininas; depois, analisaremos os inconvenientes e as objeções que dificultariam a realização do projeto; mostraremos a inanidade destas objeções; enfim, numa terceira e última parte, patentaremos as qualidades e a formação necessárias às Promotoras, assim como a indispensável colaboração das várias Promotoras entre si.

### I — A INSTITUIÇÃO EFETIVA DE PROMOTORAS, SOLUÇÃO DA CRISE VOCACIONAL FEMININA

E' um fato inegável: tôdas, ou quase tôdas, as comunidades religiosas que alcançaram um êxito na promoção das vocações nos Estados Unidos, designaram uma ou várias Religiosas para esta tarefa. Em 1945, havia só 34 recrutadores nos E.U.A ; em 1955, dez anos mais tarde, 319 Padres, Irmãos e *Irmãs* estavam exclusivamente dedicados a êste trabalho!

Tomemos um exemplo: uma Superiora pedia com insistência ao Pe. Poage, o maior especialista da pastoral vocacional nos E.U.A., uma ajuda para conseguir vocações. Perguntou-lhe o Padre: "Mas que estão as senhoras fazendo a êste respeito?" "Rezamos muito pelas vocações, retrucou a Superiora. Acabamos de terminar uma novena, e vamos começar outra".

"A oração, com certeza, é fundamental. Mas pergunto mais uma vez: que estão as senhoras *fazendo* para promover as vocações?"

Resultou dêste diálogo que esta Superiora não tinha designado *ninguém* para a tarefa da promoção vocacional, e não fazia nenhuma propaganda. Não era preciso ninguém espantar-se logo, se não conseguia vocações. Não obstante, acrescenta o Pe. Poage: "devo dizer que esta boa Religiosa recuperou o tempo perdido, e nomeou duas recrutadoras, dedicadas exclusivamente à propaganda vocacional. Além disso, não poupou os recursos. O ano seguinte, a congregação recebeu 42 postulantes". Deus abençoa a colaboração da natureza com a graça, sendo o Autor de ambas (2).

No seu livro "Recrutando para Cristo", o Pe. Poage chega a dizer: (3) "Qualquer superiora que deseje aumentar as vocações para seu Instituto, deve estimular *tôdas* as Religiosas a buscarem novas candidatas (para a vida religiosa em geral) e deixar-lhes a mais completa liberdade possível neste campo". "Por outras palavras, o recrutamento não deve ser obra das recrutadoras *sòzinhas*". E o especialista norte-americano prossegue: "E' também importante que se designe *uma promotora oficial* para coordenar os esforços das outras (no Instituto) e dirigir os vários planos e projetos de recrutamento".

Vamos precisar agora o papel das Promotoras locais e provinciais, desig-

2) G. Poage, C. P.: "Más Vocaciones", p. 192. Obra publicada pela "editorial Leon XIII", Dorrego 2112, Buenos Aires, Argentina.

3) Mesmo autor e mesma editôra, p. 141.

nadas eventualmente pela Madre Provincial:

A: *Tarefas das Promotoras locais*

Em cada casa ou convento, a Madre Provincial designaria uma Religiosa como Promotora vocacional principal, e outra como colaboradora e auxiliar desta (senão a primeira poderia esquecer um pouco as suas obrigações!).

A Promotora local:

1) constituiria e atualizaria o *setor vocacional da biblioteca da casa*, conseguindo, mesmo por esmolas pedidas, não só livros, mas ainda assinaturas de revistas especializadas que aparecem neste domínio em várias línguas (francesa, inglesa, alemã, italiana, ou espanhola) conforme os conhecimentos linguísticos da comunidade considerada. Poderia ser utilizada para este fim a "bibliografia vocacional moderna" que saiu no número de julho de 1961, em nossa Revista (pp. 425-427) e que será ainda completada nas notas deste artigo;

2) organizaria na *biblioteca das alunas um setor vocacional* com literatura adaptada às idades delas, não recuando perante produções estrangeiras quando se tratasse das alunas de idade maior. Assim poderiam figurar lá, não só as vidas de santas da "Série Sagrada", mas ainda as brochuras e os "magazines" vocacionais publicados pelo "Centre National des Vocations" especialmente para as mças;

3) criaria *estantes* com brochuras religiosas em geral, e vocacionais em particular, na capela, na portaria e nas salas de espera. As estantes exporiam livros e brochuras, não só para alunas, mas ainda para adultos: seria um ótimo meio de informar os pais. Seja-me facultada a licença de dizer que não seria nem sacerdote nem religioso se não tivesse encontrado, aos 17 anos de idade, na estante duma igreja paroquial, a encíclica de Pio XI sobre o Sacerdócio, e, mais tarde, um opúsculo, muito bem feito, do Pe. Guilherme Doyle, sobre a vocação religiosa em geral! Que bem não faria a difusão, em nossos locutórios da encíclica sobre a Virgindade, de Pio XII, e sobre o Sacerdócio do Cura d'Arts, de João XXIII! Mas uma recente sondagem revelou-me que a maior parte das Religiosas nem sequer tinha ouvido falar desta última!

4) de acôrdo com a Prefeita de leituras e a Superiora local, providenciaria *leituras periódicas, no refeitório*, sobre assuntos vocacionais, em particular de artigos de revistas. Haja em vista os notáveis artigos do Frei Marcelo Gomes, O.F.M., na revista "Sponsa Christi", de 1961, acêrca de "aulas vocacionais".

5) distribuiria ao conjunto das professôras, religiosas e leigas, *orações vocacionais variadas* (para não enfastiar) a serem rezadas pelo menos semanalmente em cada aula e a serem decoradas pelas alunas. Depois as alunas introduziriam estas orações nas suas famílias (conforme o princípio de S. Francisco Xavier: agir sobre os pais pelos filhos). A Promotora insistiria sobretudo para que as alunas decorassem e repetissem no íntimo do coração as três breves jaculatórias indulgenciadas:

"Senhor, mandai operários à vossa messe;

Ó Maria, Rainha do Clero, rogai por nós e alcançai-nos numerosos e santos sacerdotes;

Senhor, dai à vossa Igreja santos sacerdotes e fervorosos religiosos”; e como o principal neste domínio consiste, além do valor da oração própria dita — muito poderosa, principalmente quando coletiva — em variar e personalizar, seria muito de desejar que as Promotoras e professoras improvisassem periódicamente, não sem preparação mental prévia, é claro, uma prece vocacional pessoal e adaptada à matéria da aula a seguir! Por que não empregar com esta finalidade as invocações, brevemente comentadas ou ampliadas, das laudainhas: “Jesus, Bom Pastor, tende piedade de nós; Sangue de Cristo, germe das virgens, salvai-nos”?

Publicarei em breve uma comunicação em nossa Revista sobre as orações vocacionais;

6) cuidaria de fazer expor um *quadro vocacional* bem ilustrado, e sublinhado por uma frase incisiva. O quadro, preparado por noviças ou pelas jovens religiosas dos junioratos que serão criados em breve, seria *renovado pelo menos semanalmente*, e, se fôsse possível, cada dia. Assim se faz no colégio dos jesuítas em Medellín (Colômbia). Em certos colégios, aparece semanalmente um novo quadro cinematográfico; seria tolerável que numa instituição católica se fizesse maior propaganda dos filmes e das atrizes do que da vida religiosa e das santas?

7) ajudaria as professoras de Religião a prepararem e a darem uma “aula vocacional” mensal, no quadro das aulas de Religião. Como já mencionei, Frei Marcelo Gomes está metódicamente expondo a matéria e o modo destas “aulas vocacionais” que os Irmãos Maristas dão, com muita receptividade da parte dos alunos, nos seus Colégios. Um modo, entre outros, concebível, seria a apresentação resumida duma vida de santa, e quanto mais recente fôr a santa, tanto melhor! Temos somente o embaraço de escolher, entre estas, numerosas religiosas do século XIX que Pio XII beatificou ou canonizou (muitas delas, aliás, fundadoras de congregações).

A Promotora local ajudaria o conjunto das professoras de matérias profanas (notavelmente, por meio de conversas durante os recreios, as suas co-irmãs de hábito) a fazerem *alusões vocacionais*, a sugerirem pensamentos breves e candentes sobre a incomparável beleza e felicidade da espôsa de Jesus, no quadro das aulas de literatura, história, línguas etc; convidaria freiras de outros Institutos a darem estas aulas;

8) organizaria *debates mensais ou periódicos*, previstos, planejados e anunciados com antecedência, sobre um ou outro dos numerosos e precisos problemas vocacionais, *na comunidade*: cada uma, perguntada, faria suas sugestões, tomadas por escrito pela coordenadora dos debates;

9) nas congregações ou comunidades hospitalares, a Promotora falaria aos doentes, e adaptaria às circunstâncias especiais os itens precedentes;

10) o *ponto culminante* do trabalho da Promotora local seria a *organização de círculos vocacionais* (remeto os leitores às obras do P. Poage: ver nota 4) e, sobretudo, incentivar e motivar o desejo, no espírito das alunas, de fazer ativamente um *retiro para escolher um estado de vida*. Neste domínio, concórdam

todos os autores: não há método mais eficaz que o de Santo Inácio. Existem outros métodos de oração mental, ou de retiro, mas não para êste fim preciso: a escolha dum estado de vida. Conversas pessoais ajudariam esta incentivação;

11) a tarefa *interna* da Promotora local pode ser resumida numa palavra: *instituiria*, sob todos os aspectos, inclusive o de agregação jurídica, a *seção local, e própria para a comunidade considerada, da Pontifícia Obra das Vocações Religiosas*;

12) a Promotora local teria ainda, embora mais raramente, uma *ação fora da comunidade*: — a) apresentação da vocação específica à sua congregação *nas escolas dos outros Institutos* (fácilmente estabeleceria uma reciprocidade neste campo, principalmente nas grandes cidades); b) apresentação da vocação religiosa em geral *nas escolas públicas* do lugar. Uma ou duas vêzes por semestre, a Superiora enviaria a Promotora e a companheira dela (cuja presença e colaboração seria, aí, por motivos óbvios, indispensável) para falarem às môças, alunas dos educandários públicos. Voltaremos a êste assunto.

Se, à primeira vista, o conjunto das tarefas assinaladas às Promotoras locais parece grande, uma reflexão rápida basta para ver que não exigiria muito tempo a sua execução, porque o principal está nisto: estimular as coirmãs, ao passo que a tarefa da Promotora provincial exigiria uma pessoa exclusivamente dedicada a êste trabalho.

#### B: *Tarefas das Promotoras Provinciais*

A Promotora Provincial teria, por causa das suas viagens, e pelo menos durante êste tempo, uma companheira. Ambas seriam designadas pela Madre Provincial, talvez com a aprovação da Madre Geral, não sendo possível à Madre Provincial mudar a Promotora provincial de cargo sem o consentimento da Madre Geral. A Promotora provincial:

1) *percorreria as casas*, conventos e educandários da Província para *estimular o zelo das Promotoras locais*, coordenar a ação entre elas, fazer beneficiar cada uma das experiências das outras, assegurar a execução concreta e sempre renovada das tarefas, acima expostas, das Promotoras locais; em certas províncias, isso já bastaria para ocupar uma boa parte do ano letivo: *função de vigilância e supervisão*;

2) *sobretudo daria*, com sua companheira, "*aulas vocacionais*", com projeções cinematográficas, *nas escolas públicas* das várias cidades situadas no território da Província. De fato, a maior parte da juventude feminina escolar do Brasil atual não frequenta nossos colégios católicos, mas colégios leigos públicos ou particulares. Muitas entre as alunas pensaram ou pensam na vocação religiosa (como revelam os inquéritos sociológicos feitos no mundo inteiro) e um número muito maior ainda pensaria nela se lhes fôsse apresentada.

A experiência mostra que estas alunas, que não costumam ver Religiosas, ficam profundamente impressionadas por uma só palestra bem feita sobre a Vocação, dada por uma Religiosa jovem (mas experimentada), convencida, apaixonada, feliz, sorridente.

Até agora, o recrutamento feminino limitou-se demasiado às nossas próprias escolas católicas. Deus semeia vocações, e não menos numerosas, alhures,

entre esta maioria que frequenta escolas ou colégios e faculdades não-católicas.

As duas Promotoras dialogariam entre si, sobre a sua vocação e vida, perante as alunas, sobretudo do curso científico e clássico (não esqueçamos que a matrícula passou de 22.000 alunos em 1943 a 76.000 em 1956), mas também no ginásial e mesmo no fim do primário. Elas sublinhariam o valor do matrimônio espiritual da Religiosa com Cristo, e o da maternidade espiritual que d'ele resulta.

Não bastaria *designar* Promotoras: seria preciso, para conseguir os fins almejados, que elas realizassem um trabalho efetivo, e por isso que a Madre Provincial ficasse em *contato freqüente* com elas sobre o trabalho cumprido.

Observemos que nada impediria que duas Promotoras provincianas de congregações diferentes se associassem para estas jornadas apostólicas e para estas "aulas vocacionais". As alunas ficariam muito impressionadas de ver Religiosas de vários hábitos colaborarem entre si em prol de *tôdas* as congregações!

## II — INCONVENIENTES E OBJEÇÕES:

1) "As alunas não querem ouvir falar em vocação religiosa, mas só em matrimônio". Dupla resposta:

a) *valorizar o matrimônio* como sacramento e como meio de chegar ao último fim (ao invés, muitas môças fazem inconscientemente de Deus e da religião um meio para conseguir o último fim do matrimônio!), *sobrevalorizar a virgindade*, prova de maior amor para com Deus e mesmo para com os homens;

b) *nego o pressuposto*: não querem as môças ser "pescadas" contra sua vontade, mas *optam por ser informadas* acêrca dos "mistérios e segredos da vida religiosa". Muitas, como mostraram inquéritos feitos nos E.U.A., apesar de terem vivido durante anos com Religiosas, e de viverem ainda com elas, não conhecem a natureza íntima da vida religiosa, ou não a entendem por falta de esclarecimentos.

2) "As diretoras ou professoras das escolas públicas opor-se-iam".

Em certos casos, sim: então, *passemos às outras escolas!* Mas é moralmente certo que numerosas professoras leigas, formadas pelas Religiosas, acolherão ôtimamente as freiras: seria mesmo o caso da imensa maioria.

3) "Freiras não poderiam apresentar-se em escolas mistas".

De fato, não poderão onde a autoridade eclesiástica o proibir. Tais proibições, não obstante, permanecem sendo casos excepcionais. Alhures, haverá, se as freiras forem prudentes, uma *dupla vantagem*: farão entender um pouco o mistério da vocação religiosa feminina a rapazes que se tornarão pais de família, e, possivelmente, de religiosas; insinuarão a grandeza do celibato sacerdotal ao desenvolverem os motivos da livre opção virginal.

4) "Vamos criar uma rivalidade entre as congregações, se empregarmos tais métodos".

Resposta: evitaremos com facilidade êste perigo (não quimérico) se as Promotoras falarem, em primeiro lugar, da vocação religiosa em geral, em segundo lugar dos diversos tipos de vocação feminina (ensinantes, hospitalares, contemplativa, missionária, assistência social, Institutos seculares), e, só em último lugar, da sua própria congregação! Que uma Promotora nunca convide *em*

*particular* uma pessoa determinada a ingressar na sua própria congregação.

Alás, uma santa emulação entre as congregações favorecerá o interesse para cada uma delas. Obteremos um imenso efeito apostólico quando as alunas das Ursulinas ouvirem no seu educandário uma Madre de Sion, ou uma Madre do Sacré-Coeur, e reciprocamente...!

5) "Os Bispos poderiam não gostar".

Resposta: será prudente, da parte da promotora, obter o consentimento do Bispo diocesano (licença mesmo necessária para falar em outras escolas quando não são da sua congregação) e do Pároco, que, na imensa maioria dos casos, são os primeiros a desejar um grande número de Religiosas! Sabem eles que influência exerce, sobre a multiplicação das vocações sacerdotais, o crescimento numérico das consagrações femininas! E se um deles, por motivos que devem ser *a priori* considerados como sendo bons, se opuser, a Promotora passará à paróquia ou diocese vizinha: o Brasil é grande!

6) O trabalho das Promotoras nas escolas públicas, as viagens indispensáveis para este trabalho, constituiriam "um perigo para a castidade ou para a vida religiosa da freira escolhida".

Resposta: é por isso que a Madre Provincial designaria *duas* Promotoras provincianas, uma sendo superiora da outra, que viajariam sempre juntas e se hospedariam só em conventos ou famílias recomendadas pelo Pároco. Quanto ao tervor da vida religiosa, esta atuação imediatamente apostólica tornaria mais sensível a necessidade urgente da oração. Lembremo-nos do exemplo de Santa Teresa de Ávila, que observa perfeitamente o horário previsto para os exercícios de piedade nas viagens caóticas da Espanha renascentista!

7) A mais perigosa, a mais capciosa das objeções: "Não temos o número suficiente de Religiosas para destacar duas exclusivamente dedicadas a este trabalho".

Resposta: os sociólogos prevêem que o Brasil, que tem agora 70 milhões de habitantes, terá 110 milhões em 1980. As meninas de 1980, mais numerosas, as moribundas de 1980 não podem ser sacrificadas às meninas e moribundas de 1961, menos numerosas. A Provincial que hoje destaca duas Recrutadoras receberá em breve dezenas e dezenas de vocações que não obteria doutra maneira. Poderá *depois* multiplicar os seus educandários, hospitais e casas de assistência social. *Deus não se deixa vencer em generosidade.*

### III — QUALIDADES E FORMAÇÃO DAS PROMOTORAS:

Como formar tais Promotoras? Que gênero de Religiosa seria preciso escolher para este tipo de trabalho?

O Padre Poage vai responder-nos:

"Em cada comunidade há sempre algumas apóstolas natas da juventude, Religiosas talentosas e enérgicas, que sabem chegar diretamente ao coração das jovens para abri-las à graça de Deus. Estas devem ser as escolhidas para tal officio, não as velhas ou as antipáticas. As Religiosas que não têm capacidade para guiar prudentemente — e há sempre algumas — podem ser destinadas aos officios que não requerem contatos externos.

Mas — acrescenta o Pe. Poage — seria imperdoável refrear a imprudência (isto é, o zelo imprudente) duma Religiosa por ordens que fariam prontamente desaparecer as vocações. O trato com as jovens não constitui um perigo em si. O fato de que uma Religiosa encontra *ocasião* de pecado neste trabalho não é razão suficiente para proibir tais atividades às Religiosas normais e sadias.

As Religiosas de idade mais avançada devem entender que há numerosos postos como os administrativos, em que se podem destacar. (O P. Poage, evidentemente, não ignora que o fim, desejo e dever duma Religiosa não é a ambição de brilhar, mas a sede de se esconder...). Contudo, *em igualdade de condições*, não podem competir com as jovens quando se trata de recrutar vocações. Se houvesse dúvida sobre este ponto, bastaria perguntar às Religiosas mais idosas o que elas sabem sobre as jovens de hoje, seus grupos, suas festas, danças e bailes. Estas Religiosas mais idosas cresceram num mundo em que um rapaz nunca saía a sós com uma moça! Nem sequer podem imaginar, muito menos compreender, as tentações e dificuldades das postulantes modernas". Até aqui o P. Poage (5).

Isso dito, frisemos brevemente as qualidades ou, para melhor dizer, as qualificações ideais das Promotoras quer locais quer sobretudo provinciais: conhecimento da psicologia da adolescência, amor das jovens (devem gostar de ficar, falar, jogar, brincar com elas), jovialidade, madureza psicológica, espírito de oração, intimamente unido a uma certa largueza de vistas perante o mundo moderno, os problemas de orientação profissional e vocacional, e às várias formas da vida religiosa.

Uma Religiosa melancólica, uma Religiosa que nunca abre uma revista, mesmo católica, uma Religiosa que desconhece outras famílias religiosas e suas santas, não serviria para este grande e exaltante trabalho de Promotora local, menos ainda para o cargo, exclusivo de qualquer outro, de Promotora provincial.

Muitas Religiosas podem desenvolver aos poucos estas qualidades por uma *adequada formação geral* adquirida nos Institutos superiores e especializados para Irmãs. "Regina Mundi" em Roma, "Deus Sapientia" em Porto Alegre, o Instituto de Catequese da Faculdade de Santa Úrsula no Rio de Janeiro, dirigido pela Madre Teresa de Cristo (6), e os Institutos superiores de Ciências Religiosas para Freiras a serem abertos em breve nas capitais paulista e pernambucana.

Tomo respeitosamente a liberdade de sugerir às Revmas. Madres Gerais e Provinciais considerem seriamente, com seus respectivos Conselhos, a possi-

5) Poage, "Recrutamento para Cristo", pp. 141-142.

6) Aproveito a ocasião para corrigir um erro de apreciação que me escapou, num artigo sobre a "Catequese Vocacional", publicado em junho de 1961 por nossa Revista. Escrevia, p. 331, acerca do louvável livro "A caminho do Pai", da autoria da Madre Teresa de Cristo, OSU: "A Madre não indica aos meninos como reconhecer os sinais da vontade divina, do chamado sobrenatural". Depois, descobri que no capítulo III, p. 39, § 15, o fato é nitidamente indicado, empregando quase literalmente as próprias palavras de Pio XI na sua encíclica sobre o Sacerdócio. Peço desculpas à Autora por este erro de apreciação.

bilidade de preparar duas Promotoras provinciais no quadro de um ou outro destes Institutos, acrescentando-se a *formação específica* conseguida pela participação nos cursos vocacionais (praticamente anuais) do Pe. Salvador Bortoni, S.J., grande especialista latino-americano da pastoral vocacional. O curso dêle dura mais ou menos um mês. Informações mais precisas podem ser obtidas escrevendo a:

Frey Antônio Gaviria, O.F.M., presidente comite vocaciones religiosas.  
Carrera 10, n.º 19-64, Apartado aéreo 95-28, Bogotá, Colombia.

Quanto à *formação específica das Promotoras locais*, um estudo atento dos dois livros do Pe. Poage, já mencionados, e dos documentos pontifícios atinentes à vocação, citados na bibliografia acima indicada, bastaria para alguém lançar o trabalho (não digo: para ser uma perfeita Promotora local). O desejo quimérico duma formação perfeita não deve estancar na sua fonte viva as possibilidades imediatas. Às vêzes, "o melhor é inimigo do bom".

Na Argentina, o Pe. McKim, S.D.B., da Conferência Argentina dos Religiosos, enviou a tradução espanhola dos dois livros do Pe. Poage, publicada em Buenos Aires, a tôdas as comunidades religiosas. Não só elas pagaram na volta do correio, mas ainda muitas pediram outras cópias!

Em tôdas as Ordens e Congregações, a Superiora tem o direito de preceituar coisas que se enquadrem dentro do fim do Instituto considerado. As súditas, pelo voto, aceitaram com antecedência e felicidade tais obrigações e possibilidades. É claro, a Superiora não deve recorrer a tais ordens senão com a máxima discrição. Parece-me, salvo melhor juízo, que nosso caso realiza tipicamente tôdas as condições previstas para a liceidade duma tal ordem (ler os livros do Pe. Poage) dada às Religiosas ensinantes (não só às Promotoras locais, mas a tôdas). Com efeito, o preceito visaria o bem comum da Congregação ou Ordem na sua mais simples e imediata expressão: a sobrevivência e o desenvolvimento, quantitativo e qualitativo, da Congregação, e, através dela, a expansão da Igreja.

Ao acabar esta terceira parte, sôbre as qualidades e a formação das Promotoras, desejaría frisar que se poderiam conseguir ótimas Promotoras locais e provinciais e no entanto não se alcançar o resultado almejado, desde que as Promotoras provinciais das diferentes congregações não colaborassem entre si. É claro que numa grande cidade, não seria concebível que cada semana a Diretora dum Colégio feminino leigo recebesse a visita duma Promotora sempre diferente, pedindo licença para falar às alunas!

A apresentação e o recrutamento das vocações nas escolas públicas exigiria, pelo menos nas grandes cidades, e mesmo nas médias, um entrosamento prévio das Promotoras provinciais entre si, um planejamento, no quadro, por exemplo, do núcleo local da CRB. Uma repartição e divisão do trabalho.

Assim foi feito na arquidiocese de Chicago: constituiu-se uma associação voluntária de 41 comunidades religiosas masculinas que aceitaram as regras seguintes:

- "a) os recrutadores comprometem-se a trabalhar pelas vocações em geral sem exagerar as necessidades da sua própria congregação;

- b) falar sobre todos os aspectos do sacerdócio e da vida de irmão;
- c) atingir todas as escolas indicadas nas listas;
- d) dirigir-se, não só aos meninos ou rapazes, mas também aos grupos adultos, mesmo casados". (7)

Estamos ainda longe duma tal estruturação no Brasil; mas bastaria que os núcleos estaduais e locais da Conferência dos Religiosos criassem no seu seio departamentos vocacionais, para que estivéssemos muito perto! Não será chocante o espetáculo atual de as secções estaduais terem departamentos especializados quase para tudo (saúde, catequese, ensino, assistência social etc.) mas o de não poderem ufanar-se nem sequer dum título no domínio vocacional, que o Núncio Apostólico, numa oração proferida perante os Superiores Maiores em 1960, colocava, na hierarquia dos nossos trabalhos apostólicos, em primeiro plano? Seria isso um sinal de pouco interesse *coletivo* da parte dos Religiosos e das Religiosas neste campo mais espiritual, abandonado aos mestres e às mestras de noviços e noviças! Prefiro não acreditá-lo, e pensar que *surgirão em breve esses departamentos vocacionais das secções estaduais e locais da CRB.*

## CONCLUSÕES

Quando ao *fim colimado*: concretizemos o desejo do Núncio Apostólico, acima referido, sobre a *primazia* do apostolado vocacional.

Quanto ao *meio escolhido*, a designação de Recrutadoras ou Promotoras, a constituição dum centro das Vocações na Província parecem corresponder aos desejos da Obra Pontifícia das Vocações Religiosas. Com efeito, o Pe. Germain Liévin, diretor desta Obra, na introdução ao último livro do Pe. Poage, escrevia, a 31 de janeiro de 1951: "*N. Senhor deseja que empreguemos recrutadores para incrementar o número de sacerdotes, irmãos e irmãs*" (8). E' mesmo um desejo de N. Senhor!

Dom Vicente Zioni, Bispo auxiliar de São Paulo, e secretário da Comissão Episcopal das Vocações Sacerdotais, escrevia no mesmo sentido à Semana das Vocações Religiosas do Rio Grande do Sul, em outubro de 1960:

"Vem-nos impetuosamente, à lembrança, a idéia de propor, respeitosa-mente, a *todas as Superiores* e a todos os Superiores Religiosos do Brasil que reservem um Sacerdote, um Irmão ou *uma Irmã Religiosa* para a tarefa específica de estudar as Vocações e proceder ao recrutamento e amanho dos vocacionados de sua respectiva Ordem ou Congregação.

Esta sugestão não deixará de acarretar dificuldades, objeções, e — quem sabe? até mesmo imprudências. Todavia, se os Encarregados e Responsáveis pelas vocações tiverem sólida formação religiosa, unida a um equilibrado, profundo e bem acentuado senso do catolicismo, todos os perigos desaparecerão como por encanto.

*Em algumas localidades do Brasil, esta sugestão já foi posta em prática.*

7) Poage, "Más Vocaciones", p. 191.

8) Cf. Poage, "Secrets of Successful Recruiting", Newman Press, Westminster, Maryland, U.S.A., 1961, p. VIII. O livro será também traduzido para o espanhol pela mesma editora de Buenos Aires.

E o simples fato de haver uma pessoa destinada, exclusivamente, às Vocações Religiosas, foi suficiente para dar origem a pequenos e grandes organismos ou secretariados vocacionais religiosos, de indiscutíveis vantagens e proveito para as vocações, dentro dos diversos estados de perfeição".

As Superiores do Brasil estão olhando, não só para o presente, mas ainda para o futuro do Brasil, para os 110 milhões de Brasileiros e Brasileiras de 1980, para os 200 milhões de 2000. No último juízo, eles nos pedirão contas das nossas escolhas e decisões de hoje.

Do fundo do coração, peço a cada uma das Santas e Beatas Fundadoras das Ordens e Congregações femininas do Brasil, para estas Superiores, as graças eficazes de luz e da força necessárias a fim de que elas possam considerar seriamente, desejar ardentemente e decidir prontamente a criação e a formação de Promotoras locais e provinciais das vocações femininas. As graças necessárias para prever o escalonamento no tempo das medidas administrativas indispensáveis à consecução deste fim, inclusive o recorrer à Madre Geral se preciso for.

Façam elas o que fariam as Fundadoras se vivêssem hoje. Peçam mesmo, depois de cuidadosa consideração, as modificações institucionais que introduziriam as Fundadoras se presenciassem a evolução atual.

Tudo não será possível imediatamente: mas, desde já, é possível designar em cada casa Promotoras locais, estabelecer aulas vocacionais, e pensar nas candidatas possíveis aos postos de promotoras provinciais.

Permanece de pé a afirmação lapidária de S. Vicente de Paulo: "Por mais que pensemos, encontramos sempre que nos não foi jamais possível contribuir para obra alguma mais importante do que para ter suscitado bons sacerdotes" (9). Devemos só acrescentar após a última palavra: "bons Religiosos, e boas Religiosas". Uma tal contribuição faz culminar a Maternidade espiritual da Superiora Religiosa, e de qualquer Irmã.

N.B.: — Este artigo origina-se duma palestra proferida perante as Mães Gerais e Provinciais do Brasil, durante a última Assembléia plenária das Superiores Maiores do Brasil, a 23 de julho de 1961. O leitor encontrará reflexões complementares sobre o mesmo tema em nosso artigo: "O papel dos Religiosos na Campanha vocacional", que saiu em nossa Revista a 1 de janeiro de 1960. Apenas seria preciso entender os títulos dos § 3 e 4 (pp. 6, 8) assim: "meios indiretos (ou diretos) que preparam o terreno onde possam ser cultivadas as vocações e que cultivavam as vocações", o homem não pode ser causa instrumental do semear duma vocação divina, mas só da tomada de consciência e da resposta favorável dada a esta vocação pela pessoa que a recebe imediatamente de Deus. Cf. neste sentido o nosso artigo sobre a "eficácia sobrenatural da Pregação", REB, 1960, pp. 293-294. Uma criatura pode dispor outra a receber o chamamento divino, mas não pode ser o instrumento deste apelo imediato e sobrenatural na alma. A coisa é diferente, evidentemente, quando se trata do chamamento eclesialístico.

9) Texto citado por Pio XI na sua encíclica sobre o Sacerdócio, D. P. 8, parágrafo 126.

## CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DA OBEDIÊNCIA

*Irmã Helena Gonzalez Ruiz, F.M.A.*

Para focalizar este tema, pouco tratado até o momento, tenhamos presente que as jovens noviças, que se dispõem a emitir os votos, vêm de um mundo revolucionado. Estas jovens estão acostumadas a discutir sobre todos os assuntos, a analisar tudo; sua mentalidade nada aceita sem motivos, sem causas ou razões; julga os fatos; critica tudo quanto sucede com a maior naturalidade e espontaneidade.

Parece que, nestes últimos dez anos, as funções diferenciais psicológicas da mulher chegaram à plenitude. Sua fantasia exuberante, sua loquacidade sem medida, sua intuição profunda e sua inteligência prática aguçaram-se, originando-se assim um desnível entre as Religiosas antigas e as modernas.

S.S. Pio XII, com a clarividência que lhe era própria, no discurso de encerramento da Semana de Estudos para adaptação da vida religiosa aos tempos modernos, resumiu-a desta forma: "Largueza de concepção; unidade de direção; rapidez na execução": isto evidencia-nos uma nobre e grande compreensão das circunstâncias e sujeitos. Por certo a natureza do voto de obediência não variou e sua essência é a mesma, como afirmou S.S. Pio XII na alocução de 8 de dezembro de 1950 (Congresso Geral de Religiosos) quando assinalou a crise da obediência e defendeu o sagrado valor do voto. A 10 e depois a 15 de setembro de 1957, mais decididamente apresentou o valor da *obediência de juízo* e fez ver que era válida, também, neste século de *crítica*, de *raciocínio*, de *independência*.

A obediência deve repousar sobre o conhecimento dos valores espirituais e é assim que a obediência de juízo vem a ser o coroamento da perfeita obediência religiosa.

Interessa-nos, agora, o seguinte problema: "a obediência forma e aperfeiçoa a personalidade ou, pelo contrário, deforma-a? Se a deforma, não seria possível aceitá-la, pois, é certo que à formação e ao aperfeiçoamento da pessoa ninguém pode renunciar, desde que, diante do fim último, o homem não, é livre. E, com maior razão, à Religiosa, que se dispôs a seguir mais de perto o Divino Mestre, impõe-se o dever da própria perfeição.

A crise de obediência não se dá geralmente nas ordens de vida contem-

plativa pura, onde não se tem consequência alguma no campo social; menos ainda nos noviciados, nos quais a finalidade das provas, a que se submetem as noviças, é a sua completa formação; tais casos de crise são freqüentes na vida ativa de apostolado quando algumas disposições da Superiora, em lugar de conduzir ao fim proposto, parecem contraproducentes.

Analisemos o fato; obedecer é seguir a ordem do Superior, não por força, mas livremente; portanto, é ato da *vontade* que é uma faculdade livre. Logo, a obediência é própria da vontade, e não do intelecto, que, porém, é uma faculdade necessária.

Objeto imediato da obediência é uma ação humana, a qual, embora sendo um ato de vontade, está debaixo do influxo do intelecto, enquanto este é que assinala a possibilidade da ação e sua oportunidade em ordem a um fim.

E' precisamente dêste *juízo* que nascem as raízes ocultas da ação e a possibilidade de um entendimento entre o súdito e o Superior sôbre a conveniência de determinada ordem, e a consecução do fim.

Certamente, que para a execução material e substancial da ordem basta a submissão (voto); para a execução perfeita, porém, requer-se identidade de fins (perfeição da obediência).

A obediência na vida ativa concretiza-se em um conjunto de atos humanos que provêm das várias pessoas que estão sob o impulso de uma ordem da autoridade; é uma ação complexa em vista do fim que se propõe alcançar; é uma colaboração para conseguir o fim último nas almas que cooperam nesta ação e nas que a recebem.

Esta ação complexa tem sua razão de ser no juízo do Superior quando este dá a ordem; muitas vezes, porém, não a tem no súdito que, pela íntima estrutura do amor próprio, tende sempre a preferir seu juízo, mesmo quando o juízo dos outros seja objetivamente melhor.

E' evidente que nenhum dos dois juízos (o do Superior ou o do súdito) é infalível; e que tanto um como o outro é considerado como melhor por parte dos respectivos sujeitos.

Tôda resistência, no campo prático do trabalho, seria sabotar as emprêsas; e tôda divergência intelectual sôbre a oportunidade ou eficiência desta iniciativa seria psicologicamente uma diminuição do potencial de realização, com suas respectivas consequências. E se isto se evidencia embora limitadamente no campo teórico, é freqüente no campo das atividades práticas de nossa missão de apostolado. Neste caso a obediência de juízo é condição "sine qua non" para o êxito de nossas emprêsas. Com isto não se afirma que os mínimos pormenores devam ser determinados pela obediência, já que o "aíeto maternal na direção" a que alude Pio XII não escraviza mas ajuda a formação da personalidade. Com este mesmo critério afirmou Pio XII aos Superiores da Campanha de Jesus 10.9.58: "Saibam mandar os Superiores com modéstia e com prudência".

A obediência de juízo, pela renúncia que supõe e pela sujeição à legítima autoridade, é certamente um dos meios mais válidos para a santificação do indivíduo e para fecundidade de suas obras, no campo de apostolado.

Não se tema praticá-la e nem se pense que a personalidade seja com isto

diminuída. Pelo contrário, através desta colaboração generosa e sacrificada, forje-se uma personalidade ideal, porque a obediência aumenta o equilíbrio racional e a estabilidade emotiva, devido ao contróle.

Durante o processo integrante do amadurecimento da personalidade, o homem deve escolher a cada momento. Para realizar esta escolha tem frequentemente de renunciar a *isto*, para ganhar *aquilo*, de modo que à renúncia corresponde, muitas vezes, privar-se de legítimas satisfações, necessidades ou aspirações superiores. Deve combater contra uma coisa para conquistar outra, a fim de não destruir o equilíbrio do processo global; e esta é a causa pela qual o dinamismo humano desenvolve-se, na maior parte do tempo, só em direções privilegiadas.

Consequência imediata é o cultivo de algumas potencialidades da personalidade, enquanto outras, permanecendo inutilizadas, atrofiam-se progressivamente. A inatividade destas últimas explica-se porque não corresponde à linha de aspirações do indivíduo. Todo este trabalho para o desenvolvimento da personalidade exige uma canalização das necessidades, trabalho que é de nobre interesse. Logo, a obediência vem preencher estes requisitos para a formação da personalidade de forma adequada e completa. E principalmente a obediência de juízo, que não consiste em fechar os olhos do intelecto para não investigar o campo teórico, nem em anular todo o juízo humano; tão pouco consiste em uma execução material de todas as iniciativas do Superior, menos ainda em renegar a verdade diante da autoridade. Logo, não é abdicação da própria personalidade, mas a inteligente colaboração que o súdito dá ao Superior em vista da realização de uma empresa.

Esta obediência não prejudica o êxito de qualquer empresa, nem o progresso da civilização; mas é uma força poderosa, uma energia potente, na difusão e na consolidação do reino de Deus sobre a terra. A obediência de juízo atua no campo psicológico e subjetivo, e por isso não obstaculiza a potência criadora do espírito humano, mas é a melhor "escola de iniciativa" que se conhece até o presente, já que o intelecto humano, livre das neblinas do amor próprio, vê-se obrigado a considerar, estudar e apreciar as iniciativas do Superior que tem maior experiência; desta maneira vão-se adquirindo novas capacidades de inventiva e de decisão.

Até aqui analisamos a posição do súdito diante da obediência; agora falta-nos analisar a responsabilidade do Superior quando determina uma obediência.

Partamos destas premissas:

Únicamente a fé confere caráter sobrenatural à obediência.

Obedece-se a Deus a quem a pessoa livre e espontaneamente se consagrou só porque o amava intensamente.

Disto logicamente poder-se-ia deduzir que não podem surgir problemas preocupantes por causa da obediência. Todavia, praticamente, se dão numerosos casos de desajustamentos psíquicos por causa das situações em que se acha o Religioso. Tem-se comprovado que a maior parte dos Religiosos neuróticos está neste estado, não por haver errado sua vocação, mas pela insatisfação originada de frustrações das energias que não puderam ser aproveitadas, ou por conflitos

de duas forças antagônicas que destroem a economia pessoal.

Notemos o seguinte: não são os conflitos nem as frustrações que ajustam ou desajustam o indivíduo, mas a atitude com que cada pessoa encara seu problema e a maneira como resolve a própria situação. Um ajustamento normal é sempre iluminado pela inteligência, dirigido pela vontade e aperfeiçoado pela graça. Basta o desequilíbrio de um destes fatores para se produzirem desajustamentos dolorosos na vida religiosa e um deles é o caso típico da neurose.

O neurótico pretende ajustar-se, porém, não o consegue porque mascara seus desejos inconscientemente e assim procura libertar-se de si, querendo salvar as aparências e ao mesmo tempo satisfazer as suas necessidades censuradas pela consciência.

Disto resulta maior grau de anormalidade. O conflito ou a frustração surge diante de uma obediência mal dosada ou de uma ordem dada em momento inoportuno. Muito a propósito destes casos podemos recordar as palavras de S. S. Pio XII às Superiores Gerais reunidas em Roma a 15 de setembro de 1952: "Sem dúvida, é verdade, como afirma a Psicologia, que a mulher revestida de autoridade não consegue tão facilmente, como o homem, dosar a severidade e a bondade e em consequência mais dificilmente alcança o equilíbrio; por este motivo maior é a razão para cultivardes vossos sentimentos maternais... recordai-vos de que os votos exigiram de vossas filhas um grande sacrifício, e que as Religiosas de sentimentos mais nobres são as que sentem maiormente este sacrifício...".

Analisemos, agora, alguns casos muito frequentes de ajustamento anormal ou de desajustamento por causa da obediência:

1.º — Exige-se uma obediência superior às forças do súdito.

Muitas Religiosas aparentam ter maior força física, intelectual ou moral do que realmente têm. Quando recebem uma responsabilidade para a qual não estão capacitadas adotam para resolver essa situação um mecanismo anormal de ajustamento; e, como todo pseudo-ajustamento intensifica as tensões emocionais, estas podem conduzi-las a doenças mentais. Em regra geral, mostram-se silenciosas, ofendidas, exaltadas, coléricas, raivosas, agressivas, etc... em consequência murmuram, queixam-se, sentem aversão e até ódio contra a Superiora que com a melhor das intenções lhes confiou aquêl' ofício. Este estado de amargura e ressentimento pode durar anos. Tais reações negativas devem-se em parte à timidez das súditas e ao desconhecimento do sujeito por parte da Superiora. Em outro sujeito de temperamento colérico ou apaixonado, as reações teriam sido diferentes; porém a tensão emocional indesejável, sempre a mesma.

2.º — Pede-se obediência que contraria as próprias inclinações.

Poucas são as pessoas que têm capacidade para qualquer ocupação; a maioria distingue-se em umas coisas, e em outras é uma nulidade.

A Religiosa que, por razão da obediência, em toda a sua vida deve fazer sempre aquilo que é contrário a suas inclinações e habilidades, rende pouco ou nada; consome muitas energias; excita seu sistema nervoso; suas funções digestivas e cardio-vasculares se alteram; fatiga-se e não descansa.

Estes transtornos biológicos ocasionam transtornos psíquicos, provocando um desajuste emocional, porque se satisfazem anormalmente necessidades nor-

mais. O primeiro sintoma é a perda da alegria do otimismo, do entusiasmo, da serenidade, logo, a Religiosa coloca-se fora da realidade, descuida o trabalho pessoal de aperfeiçoamento, perde o espírito de lealdade e colaboração, é vítima da opinião das demais. Na realidade, apalpamos um caso completo de neurose com toda gama de desajuste: melancolia, desdém, ciúme, complexo de inferioridade etc. Isto poder-se-ia evitar, seguindo os paternais conselhos de S.S. Pio XII quando se refere à formação completa da religiosa: "Nada de mesquinhez; tende a mente aberta".

Como vemos, a Igreja e os Santos Fundadores estão concordes em aproveitar e explorar a riqueza de inclinações pessoais para a santificação dos membros e para o apostolado.

### 3.º — Obedece-se aparentemente.

Existem casos nos quais se obedece porque se está debaixo de controle, por temor, por amor próprio, para ganhar a benevolência de quem manda...; "Isto não é exercitar a virtude mas encobrir e disfarçar a própria malícia", observa S. Bernardo.

O ato de disfarçar é uma forma de agir para iludir a si mesmo, querendo salvar as aparências diante de si e satisfazer as suas necessidades censuradas.

E' uma máscara e, como o essencial de todo o ajustamento é que as necessidades sejam satisfeitas no homem com uma finalidade ultra-terrena, resulta que a ausência deste fim último produz estados de indecisão, insatisfação, insegurança, desalento; estes estados de depressão alternando-se com outros de excitação, mau humor, sobressalto, superficialidade, têm sempre como resultante o descontentamento, porque a esta obediência faltou o caráter de *renúncia* e *formação*, que não destroem a ação; faltou o selo da temperança que submete as paixões à razão.

A obediência aparente deforma a personalidade humana em todos os seus aspectos.

### 4.º — A ordem vem de um Superior subalterno.

Praticamente dão-se casos nos quais, se o Superior manda, obedece-se às mil maravilhas, porém, se é um seu representante, não. Esta dualidade criada no psiquismo do súdito origina duas forças antagônicas que deformam a personalidade.

Neste caso esta ação cai no campo do *interesse* e não no da *vontade*; logo não é obediência. O bem conhecido intelectualmente aí, não é o *verdadeiro bem*; eis por que nos referimos antes a uma "dualidade" de personalidade.

Tal dualidade psicológica desaparecerá quando a inteligência apresentar à vontade os "motivos" de outra ordem que a vontade moralmente deve, e psicologicamente pode ou não aceitar.

O trabalho próprio do noviciado é adestrar a vontade para aceitar motivos sobrenaturais, pôsto que a obediência é a renúncia suprema da vontade própria e o ponto de partida para a perfeição.

A obediência é virtude social. A Comunidade religiosa é uma sociedade e como tal exige disciplina e governo. O voto, que é consagração a Deus, neste princípio de ordem, torna sobrenatural a vida comum e a disciplina que ela supõe,

e tãda disciplina e ordem exigem uma hierarquia; logo, não obedecer aos Superiores subalternos deforma a personalidade pelo ritualismo e farisaísmo com que se age, faltando neste caso à *lealdade*, base de tãda forma de vidã social.

Poderíamos continuar enumerando e analisando os aspectos psicológicos da obediência mal entendida, tais como: obedecer por simpatia, obedecer por pragmatismo, etc. Porém, por razão de tempo, concluimos: a técnica para a eficaz solução de qualquer problema psicológico a encontramos nestas palavras de S.S. Pio XII: "Sabei mandar com prudência e com modéstia" (10.9.58).

a) *Com prudência* que aconselha segundo o momento e situação, que leva em conta a índole, as aptidões, o caráter, o temperamento, as deficiências, as iniciativas, a saúde, a fraqueza, etc.

São João Bosco, que se adiantou aos tempos, dava êste conselho a seus Diretores: "Evitai as ordens que repugnam; tende o máximo cuidado de secundar as inclinações de cada um, confiando-lhe preferivelmente aquêles cargos que se sabe ser de seu maior agrado".

Como se vê, aqui está tãda a chave da direção; e Biôt-Galimard afirma: "A arte suprema dos diretores consiste em adivinhar os caracteres, sabê-los dominar, saber escolher as pessoas para colocá-las no lugar adequado à sua capacidade. E tudo isto com juízo rápido e sutil, fruto de uma experiênciã paciente-mente acumulada".

b) *Com modéstia*, isto é com humildade e doçura, qualidades da verdadeira maternidade que encarece S.S. Pio XII: "maternidade no porte, nas palavras, nos escritos, e sobretudo nos pensamentos, juízos e sensibilidade" (15.9.52 às Superiores Gerais).

Em 1886 São João Bosco aconselhava: "Mandai sempre com palavras e modos cheios de caridade e mansidão". Todo um código de Maternidade.

Maternidade que não quer dizer deixar as portas abertas ao capricho, mas pelo contrário, maternidade que se traduz em observãncia, obtida mediante a persuasão, a piedade e o amor a Deus, ao Instituto ou Ordem e às almas.

## DOAÇÃO DE HOSPITAL

*Em Apiaí (Diocese de Santos), há oferecimento de um Hospital novo (37 leitos), com um terreno aproximadamente de 10 mil metros quadrados.*

*Seria feita a doação à Congregação Religiosa que o desejasse aceitar.*

*Para outras informações dirigir-se à Irmã Bernadette; Cônegas de Santo Agostinho, Rua Caçõ Prado, 232 — Telefone 34-1226 — S. PAULO*

# ASPECTOS SÓCIO-RELIGIOSOS E SOCIOGRÁFICOS DO BRASIL

*Pe. Tiago G. Cloim C.Ss.R.*

(continuação do número anterior)

## CAPÍTULO VII — DOIS PROBLEMAS SOCIAIS

A Igreja no Brasil, além dos obstáculos de ordem religiosa e moral que a ameaçam, tem de enfrentar dois graves problemas de ordem social: o dos operários e o do ensino.

### I — PROBLEMA OPERÁRIO

#### *A. Aspectos Gerais*

De maneira geral o Brasil ainda faz parte dos países sub-desenvolvidos, mesmo existindo grandes diferenças nas diversas regiões de seu território. Nas cidades de desenvolvimento rápido (cfr. 1—2), este sub-desenvolvimento se mostra evidentemente menos nítido, embora aí igualmente se veja, ao lado do luxo exuberante da alta sociedade, uma miséria desolada no amplo campo proletário. Na zona rural, o sub-desenvolvimento é mais visível e, em algumas regiões muito grandes, é mesmo alarmante. Nos três Estados mais meridionais (R. G. do Sul, Sta. Catarina e Paraná), a situação geral da zona rural é relativamente boa. À medida que nos dirigimos para o norte, as condições se tornam piores. O Estado de S. Paulo marca a passagem para o Estado de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo nos quais o sub-desenvolvimento já é mais sensível. Mais ao norte, êle toma proporções trágicas, notadamente no interior dos Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão (deixaremos de lado o vasto “no man’s land” constituído pelos Estados de Pará, Amazonas, Goiás e Mato Grosso além dos 4 territórios Federais).

O mal fundamental que prejudica a política social brasileira reside no fato de que não se começou ainda a estudar sistematicamente o sub-desenvolvimento do país em todos os seus aspectos. Só nesse momento é que será possível começar a resolver os problemas complexos metódica, progressiva e orgânicamente. Três qualidades absolutamente ausentes da política social seguida até agora.

Primeiramente há falta de método, de sorte que as tentativas de solução mostram nitidamente a improvisação. Depois, a gradação não é respeitada, por-

que se quer recuperar o atraso por saltos e finalmente, as tentativas se limitam quase exclusivamente às cidades e à indústria e, portanto, o operário rural se vê abandonado de maneira que falta o lado orgânico na busca de solução do problema social. Tudo isso leva à falta de ordem na economia, chegando mesmo à desordem, e conseqüências funestas se sucedem não apenas para o Estado mas também para a Igreja.

### B. Salários

O salário, ao menos o dos operários da indústria, aumentou espantosamente nestes últimos tempos. Considerando entretanto que o Brasil se acha continuamente em estado de inflação, cada aumento de salário é praticamente sem valor pelo aumento correspondente dos preços. Os números índices do custo de vida aumentaram de 1940 a 1954 da seguinte maneira (1948 é o ano básico).

1940	1942	1944	1946	1950	1952	1954
20	32	50	71	104	133	199

A conseqüência dêste estado de coisas é um clima de geral descontentamento social e de tensão no mundo operário, reforçado ainda pelo espírito capitalista da indústria e do comércio que eleva continuamente os preços, o que os órgãos oficiais de controle não podem aparentemente impedir.

Os salários na indústria podem, conseqüentemente, dar provisoriamente a impressão de estarem no nível, mas em aumentando o custo de vida, eles não correspondem mais às necessidades. Na agricultura os salários variam segundo a região: extremamente baixos no norte, insuficientes no centro do país, relativamente bons no sul.

### C. Habitação

A penúria de alojamentos, até mesmo primitivos, se faz sentir muito no Brasil. Em 1940, em 2.551.247 habitações em centros urbanos, 36,3% dispunham de água encanada, 47,7% de eletricidade e 24,6% de banheiro. De ... 5.398.521 habitações fora dêstes centros urbanos, as percentagens eram respectivamente de 1,3% 2,5% 0,5%. Estima-se que falem 2.500.000 habitações. Se o Brasil estabelecesse um plano nacional de construção que prevísse 200.000 casas novas por ano levaria 12 anos para recuperar o atraso. Entretanto, na realidade, as instituições das quais dependem a elaboração e a realização desses planos, constroem anualmente apenas 20.000 casas. De outro lado, não se chegou ainda a construir casas que correspondam às necessidades reais dentro dos limites financeiros do operário. É por isto que as condições de habitação, sobretudo nas cidades grandes, são ainda muitas vezes desumanas. Sobre isto pode-se citar o exemplo bem conhecido das numerosas "favelas" do Rio de Janeiro, bairros miseráveis situados nas numerosas encostas de morros abruptos no meio da cidade, sem ruas, sem canalização, sem água e, na maioria, sem eletricidade. A situação em vez de melhorar progressivamente, piora, dia a dia, diante da superpopulação das grandes cidades proveniente do afluxo do campo para os centros industriais em pleno desenvolvimento.

#### *D. Industrialização*

O Brasil, por tradição, sempre foi contado na economia mundial entre os países tipicamente agrícolas. Atualmente não é mais possível considerá-lo assim, de maneira tão absoluta. De 1940 a 1950, o número de trabalhadores na indústria passa de 1.790.560 a 2.714.304, o que significa um aumento de 52%. A industrialização se estende rapidamente e coloca todo o país em movimento.

Que ela seja propulsora de progresso e de maior bem-estar para o país, ninguém duvidará; mas o lado sombrio não é menos manifesto. De um lado aumenta no proletariado industrial o descontentamento, acarretando uma falta de incentivo ao trabalho, ainda que a previdência social tenha nestes últimos decênios melhorado muito. De outro lado, a desconfiança que mostra a classe dirigente diante dos operários, irrita-os. Deve-se reconhecer que a classe dirigente é pouco consciente do seu dever de praticar a justiça social. Isto se nota entre os que, animados de um espírito capitalista segundo concepção norte-americana, se distanciaram do Cristianismo, bem como entre aqueles que ficaram fiéis à sua fé, mas com o paternalismo conservador que, aliás, nem sempre exclui um profundo sentimento de caridade. Há também o perigo da despersonalização que ameaça a classe operária. Com efeito, encontra-se, sobretudo nas novas indústrias, grande quantidade de menores de ambos os sexos realizando o trabalho dos adultos, por 50% do seu salário.

Ainda de outra maneira o rápido desenvolvimento da indústria no Brasil põe o país em movimento. O afluxo da população rural para os centros industriais coloca o Brasil diante de um problema mais difícil ainda de se resolver: o abandono da zona rural e a superpopulação das cidades costeiras. Disto resulta, para esta população, a formação malsã das grandes cidades com falta de lugar, de higiene e promiscuidade das famílias. Nas cidades, o contraste entre os apartamentos luxuosos e as casas miseráveis se acentua ainda mais.

#### *E. A Agricultura no interior do País*

Atualmente, a maior parte dos trabalhadores ainda trabalha na agricultura. Em 1950, seu número compreendia os 78,5% da totalidade dos trabalhadores (em 1940, 84%). Sua situação é, em geral, pior que a dos empregados da indústria; 90% dentre eles, aproximadamente, não são proprietários do solo que cultivam. A grande propriedade, sobretudo ao norte e a leste do país, necessita duma reforma urgente.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que se preocupa intensamente com a condição dos trabalhadores agrícolas e que prescreveu um inquérito sobre a delicada questão agrícola, mostra entretanto uma reserva bastante grande diante da expropriação das grandes propriedades.

O trabalhador agrícola é em geral pouco desenvolvido para, por si só, assumir a responsabilidade de uma exploração rural, ainda que pequena. Ele vive numa espécie de solidão tanto econômica como social, intelectual e religiosa. Os métodos agrícolas no Brasil são ainda pouco providos das possibilidades que oferece a mecanização moderna. Um órgão governamental revelou recentemente que ainda existem 22 municípios que nem mesmo viram um arado. Além dis-

so, considerando-se que homens válidos se dirigem em grande número para as cidades, a falta de força se faz sentir grandemente, de maneira que a percentagem de mulheres e mças que trabalham na agricultura cresce progressivamente.

### F. *Legislação Social*

Depois de todas as constatações relacionadas acima poder-se-á experimentar certa admiração ouvindo os peritos declararem que a legislação social do Brasil está entre as que marcam maior progresso no mundo inteiro, que não se poderá negar sua inspiração cristã considerando particularmente que toda a legislação social respeita a dignidade humana do operário. Na realidade, entretanto, esta legislação não é, na maior parte, senão uma fachada, sem construção, porque a legislação promulgada está longe de ser aplicada.

### G. *Organizações Operárias*

As organizações operárias no Brasil são quase exclusivamente sindicatos profissionais. Do lado católico criaram-se duas organizações visando elevar o nível religioso e cultural dos operários, um para os na indústria, outro para os operários agrícolas. As duas organizações originaram-se no sul do Brasil sob o impulso de um Padre Jesuíta. A organização para os operários da indústria, o "Círculo Operário", conta com algumas dezenas de milhares de membros espalhados em 250 "círculos" em grande parte do território nacional. Ela se defronta entretanto com grandes dificuldades porque, contrariamente aos sindicatos unificados, não é reconhecida pelo Estado. Oficialmente é reconhecida como órgão consultivo do Ministério do Trabalho, mas até agora este reconhecimento permaneceu como letra morta. Além disso, esta organização dispõe de um número muito pequeno de dirigentes bem formados do ponto de vista social, seja membros do clero, seja leigos. Contam ainda os dirigentes com muitas pessoas de meios não operários — mesmo freqüentemente industriais — que têm facilmente a tendência de dar à organização uma orientação concebida segundo um espírito conservador e paternalista. Embora tenha já o "Círculo Operário" provado uma real vitalidade em vários lugares, êle ainda não exerce influência no conjunto da evolução do país.

A organização católica de trabalhadores rurais começa a se desenvolver na maioria dos Estados meridionais, especialmente entre os descendentes de emigrantes alemães, mas procura-se atingir também colonos italianos. Seria entretanto difícil dar a esta organização um caráter nacional, ainda que isto se tornasse necessário num país de maioria agrícola como o Brasil, visto que ao norte e a leste do país prevalece ainda geralmente o sistema da grande propriedade. De outro lado, nestas regiões sobretudo, a população agrícola, atrasada sob muitos aspectos, não está ainda amadurecida para tomar uma parte ativa na vida desta organização.

As duas organizações operárias, que representam atualmente um verdadeiro poder, são os sindicatos profissionais nacionais unificados que sofrem todavia duas grandes perturbações. Primeiramente, lhes falta a liberdade de ação, porque êles dependem do Ministério do Trabalho e, por consequência, são muito dependentes do Governo e da política; depois, falta-lhes inspiração social

cristã. No plano social, são dominados sobretudo por elementos progressistas, dentre os quais se encontra um certo número de comunistas, e dominados ainda talvez por pessoas que, ignorando a doutrina social da Igreja, se deixam inconscientemente influenciar por idéias comunistas. A situação é, pois, crítica, sem ser ainda desesperadora. Se a Igreja chegar, sem demora, a formar no meio do clero e entre os leigos um número suficiente de dirigentes, muito, se não tudo, pode ser salvo. A evolução atual é inquietante. Até agora, a hierarquia não sustentou suficientemente a classe operária. Considerando um certo medo e um apêgo de caráter conservador a formas tradicionais mais ultrapassadas, as greves são quase sempre desaconselhadas. Esta mentalidade comporta em si grande perigo, quer dizer, a classe operária intuitivamente consciente de suas justas reivindicações e do que é injusto na atual situação, é levada a considerar a Igreja como uma instituição da qual não se pode esperar nenhum benefício do ponto de vista social e mesmo como uma força que mantém o regime antigo. Que perigo não representa isto para a Igreja, várias vezes já foi provado pela história!.

## II — ENSINO

Além do problema operário, o problema do ensino preocupa seriamente a Igreja. O ensino é pouquíssimo desenvolvido, considerando-se sobretudo que Portugal, no período colonial, proibiu todo ensino superior por força de lei (até 1822). O analfabetismo é disto uma triste consequência. Em 1950, 35,75% da população, compreendendo crianças, podiam ler e escrever, e esta percentagem não seria senão de 49,51 para as pessoas acima de 15 anos. Novamente o norte se distingue do sul no sentido negativo; é evidente que o analfabetismo é mais comum na zona rural que na cidade, embora aí também a percentagem seja bastante elevada. Respectivamente com 20.11% e 20.34% de analfabetos entre pessoas com mais de 5 anos. Esta ignorância da população, como vimos, não somente tem repercussões para o Estado, como também para a Igreja.

O analfabetismo, entretanto, está em grande decréscimo, o que pode ser demonstrado por números: em 1872, 84,53% — em 1950, 64,25%.

Uma das principais causas do analfabetismo recai ainda, freqüentemente, na falta de professores e de escolas, de maneira que um grande número de crianças está impossibilitado fisicamente de seguir um curso. O Brasil, no decorrer destes últimos decênios, realizou esforço para recuperar este atraso. Assim, de 1932 a 1952, o número de alunos do curso primário aumentou de 173% e do curso secundário 736%. Mas é preciso reconhecer — e isto é uma queixa geral — que o ensino tornou-se mais superficial, sobretudo nas escolas de ensino médio ou secundário.

O curso primário é dado quase exclusivamente por professoras, o que é para a Igreja de feliz consequência porque as crianças são assim preservadas da funesta influência exercida geralmente pelos professores. Em compensação, estes últimos predominam no ensino secundário; um problema grave de ordem religiosa e moral se coloca para a Igreja neste setor do ensino. É por isto que a maioria das Congregações religiosas destinam uma parte relativa de seus

membros ao ensino secundário. Nos 2.265 estabelecimentos de ensino secundário com que o Brasil contava em 1952, a Igreja era representada por 231 estabelecimentos de Religiosos e 408 de Religiosas (1954).

## CONCLUSÃO

A impressão geral que se pode ter da Igreja no Brasil, se apresenta sob dois aspectos:

De um lado, o aspecto sombrio da situação, de outro, o seu aspecto luminoso, isto é, as grandes possibilidades que o futuro lhe pode reservar.

### I — O ASPECTO SOMBRIO

O aspecto sombrio da situação se explica, em grande parte, pela falta de padres que, desde o começo se fez sentir de maneira trágica para a Igreja no Brasil, e que não permitiu dar à população uma adequada educação moral e religiosa.

A maçonaria, no tempo de sua alta conjuntura, conseguiu implantar-se perfeitamente no Brasil e deixar sua marca na política do Governo e na vida pública. Eis por que as forças contrárias, no plano moral e religioso, puderam se desenvolver em proporções tais que atualmente constituem uma ameaça para a própria existência do catolicismo no País. A Igreja se vê, então, colocada diante de uma tarefa imensa. Para enfrentar estas forças contrárias, ela deve apelar para a ajuda efetiva do Estado e de seus funcionários. Embora o Estado se mostre favorável à Igreja, numerosos políticos e funcionários, devido à sua corrupção, são partidários ou mesmos os representantes típicos destas forças contrárias. Isto explica por que o Estado não consegue acelerar a luta contra o analfabetismo, por que os atentados à moral pública não são condenados mais eficazmente, por que as práticas supersticiosas, e muitas vezes pagãs, do espiritismo e outros movimentos são com frequência subvencionados sob o pretexto de encorajar o folklóre, e por que, enfim, a legislação social não é aplicada com mais seriedade.

Por outro lado, o aspecto sombrio da situação encontra também explicação nas condições geográficas e topográficas do País. Sua imensa superfície e seu território muito montanhoso causam grandes dificuldades no que concerne às comunicações (estradas de rodagem e de ferro, correios e telégrafos), e complicam grandemente as tarefas administrativas, acerca do que o europeu ocidental não pode ter nenhuma idéia. O Instituto Nacional de Estatística constatou recentemente que talvez 1/6 somente do território político do Brasil, aproximadamente, estava integrado na vida social do país. Já estudamos detalhadamente as conseqüências que isto acarreta para a vida administrativa da Igreja.

O aspecto sombrio da situação pode, enfim, ser atribuído, em grande parte, ao clero local, ao qual muito se pede no Brasil. Geralmente o padre recém-ordenado, sem nenhuma experiência, deve, na qualidade de vigário, assumir so-

zinho inteira responsabilidade pela paróquia urbana com 20.000 católicos em de uma paróquia na zona rural com uma enorme superfície. Será para admirar, então, que, em muitas ocasiões, falte a êle prudência, que, isolado de seus confrades, não encontre apoio religioso e moral necessários, que o isolamento lhe pese e o desencoraje e faça vacilar ou mesmo sossobrar uma vocação sacerdotal? Quando se julgam êstes casos relativamente numerosos, se se quer ser justo, devem-se absolutamente levar em conta êstes fatos.

A preparação dos candidatos ao Sacerdócio, tanto sob o ponto de vista moral como sob o ponto de vista intelectual, exige qualidades particularmente sólidas. Ninguém pode dizer que os seminários correspondam inteiramente a estas exigências. Entretanto, graças a uma intervenção enérgica de Roma, pôde constatar-se, no decorrer destes últimos decênios, como já dissemos, uma notável melhoria da educação dada nos seminários.

A hierarquia, cujos membros devem ser heróis e santos para poderem enfrentar a sua tarefa sôbre-humana, acha-se evidentemente prejudicada pelas grandes distâncias nos seus contatos pessoais que, no entanto, tão necessários são, se ela quer desempenhar sua missão eficazmente. Além disto, não dispõe de uma equipe organizada de peritos em teologia, em direito ou em pastoral mais necessários no Brasil que em qualquer outro lugar. Somente então seria possível estabelecer um programa de ação para êste país imenso, que conta com 122 circunscrições eclesiásticas. Êste plano, por um lado, deveria ser concebido de maneira bastante uniforme para resolver os numerosos problemas em dimensões nacionais, e, por outro lado, deveria ser suficientemente maleável para se adaptar às grandes diferenças existentes entre as regiões. Tendo em vista a falta de peritos, as ações empreendidas em escala nacional (por exemplo, a luta contra o protestantismo e o espiritismo, a formação de catequistas leigos, a propaganda em favor das vocações sacerdotais) são pouco eficientes; em certos lugares, elas se vêem paralisadas nos seus esforços e se ressentem muito da improvisação. No entanto, enquanto isso, um primeiro passo de âmbito nacional, para uma postoreação organizada foi feita: a Conferência Nacional dos Bispos, recentemente fundada, cujo secretariado está a cargo de um dos bispos auxiliares do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, reunirá regularmente o episcopado brasileiro.

## II — O ASPECTO LUMINOSO

Primeiramente, é preciso mencionar o apoio que o Governô brasileiro dá à Igreja. Embora a separação da Igreja e do Estado tenha sido oficialmente declarada, as relações officiosas, muito embora não estando regulamentadas por um acôrdo, são muito boas e as duas partes vivem em perfeita harmonia. Assinale-se também a existência de uma cooperação recíproca para a promoção do bem estar garantido pela Constituição. O Estado, não só se faz representar oficialmente na maioria das cerimônias solenes, como também concede importantes subvenções a quase todos os grandes projetos eclesiásticos como, por exemplo, a construção da Basílica nacional de Nossa Senhora de Aparecida ou, como foi o

caso, para a preparação do Congresso Eucarístico Internacional realizado no Rio. Além disso, a legislação contém muitos dispositivos favoráveis à Igreja que são por vèzes de importância capital para ela. O artigo 163 da Constituição declara: "A família é constituída pelo casamento indissolúvel e tem o direito de ser protegida pelo Estado". A êste respeito o Brasil pode ser contado entre os países, relativamente pouco numerosos, que proibem o divórcio por lei. A Igreja tem tôda a liberdade de fundar estabelecimentos escolares católicos primários, secundários e superiores, onde os diplomas obtidos são reconhecidos com o mesmo título que os das escolas públicas. A instrução religiosa, ainda que não obrigatória, é, no entanto, facultativa nas escolas públicas. A Igreja não está sujeita a impostos, e o clero está isento do serviço militar. O Brasil tem um representante diplomático junto à Santa Sé e autoriza a assistência religiosa em tempo de paz, tanto no Exército, como na Marinha e na Aviação. O mesmo acontece nas prisões. O partido comunista está interditado por lei. Pode-se interpretar esta medida de diversas maneiras. Para a Igreja, ela é de um valor primordial, uma vez que reforça e confirma sua atitude própria com relação ao comunismo.

Há um segundo aspecto alentador, cuja importância só pode ser avaliada por aqueles que podem comparar a situação atual da Igreja com a de 50 anos atrás. Trata-se do grande progresso realizado em vários setores importantes da vida católica, no decorrer da segunda metade do século passado.

A hierarquia se desenvolveu a tal ponto que se tornou um dos maiores organismos da Igreja no mundo. O desenvolvimento dos seminários menores é satisfatório, e o seu nível moral como intelectual foi melhorado, o que tem, portanto, felizes conseqüências sôbre o nível do próprio clero. Está em compreensão uma intensa propaganda de recrutamento sacerdotal. O ensino católico superior se desenvolvendo rapidamente, (existem universidades católicas no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Bahia, Recife e Fortaleza) oferece novas perspectivas para propagar a concepção cristã entre a classe intelectual, classe que conta já com mais católicos do que antes. Além disso, é preciso assinalar que a população brasileira é dotada de várias qualidades que apresentam um caráter positivo para o catolicismo. Êste povo, indubitavelmente, possui uma civilização profundamente cristã, que se manifesta, entre outras coisas, por uma delicadeza de comportamento quase proverbial e à qual deve ser atribuída também, em grande parte, o fato de que no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos e da África do Sul, o problema racial não existe mais. Esta civilização cristã se manifesta também pela bondade de coração com um pronunciado senso de caridade, e é por isso que um Brasileiro, quando testemunha de um caso doloroso, não pode deixar de abrir sua bôlsa. Ela se manifesta enfim por uma generosidade que em muitas ocasiões, se traduz num apostolado espontâneo, muito meritório mas não organizado. Além disso, a alma dêste povo está tôda impregnada de um profundo sentimento religioso, inato, que pode muito melhor se desenvolver no catolicismo do que no protestantismo e que, ao mesmo tempo, pode imunizá-la contra a irreligiosidade ou a apostasia. Êste sentimento natural constitui o fundamento natural da adesão do Brasileiro à Fé católica.

## III — PERSPECTIVAS FUTURAS

Baseados nestes aspectos sombrios e luminosos da vida da Igreja no Brasil, é possível fazer previsões a respeito do futuro.

A situação é bastante inquietadora, tendo em vista a grande falta de padres e a ignorância religiosa que daí advém, uma vez que a classe operária não está bastante protegida contra as influências comunistas, e tendo em vista também a atração do espiritismo e de outras práticas supersticiosas. Se não forem tomadas medidas preventivas a tempo, a Igreja brasileira sofrerá grandes perdas, talvez irreparáveis, e o Brasil ficará mesmo, em grande parte, perdido para o catolicismo. Pode-se imaginar o recuo que isto significará para o conjunto da América Latina, uma vez que representa o Brasil um terço do catolicismo deste continente.

As possibilidades que oferece o catolicismo no Brasil são, no entanto, ainda bastante grandes, dando margem a que um movimento em sentido inverso se realize.

Roma se mostra otimista a este respeito e não abandonou absolutamente o catolicismo brasileiro.

Este otimismo parte da convicção de que é mais fácil para o catolicismo conservar o Brasil com aquilo que tem de encorajador e dar à vida religioso-moral deste país seu pleno desenvolvimento do que reconquistar regiões que apostataram ou que conquistar países pagãos. Mas para atingir este fim seria necessário que a Igreja inteira, a exemplo de Roma, se preocupasse intensamente de maneira concreta com o Brasil. A "Terra de Santa Cruz", que é o país que mais católicos tem no mundo, bem o merece.

## BIBLIOGRAFIA

F. W. Foerster — A QUESTÃO JUDAICA (196 pgs.) — Herder, 1961.

Éis um livro que faz pensar. Procura o seu autor esclarecer o porque da "questão judaica", esforçando-se por demonstrar que a incompreensão do problema judaico tem sido a origem de tragédias inomináveis. Na verdade, há moderação no argumentar e esforço no apresentar fontes autênticas.

Nota-se no decorrer de todo o ensaio que a simpatia está do lado dos judeus, o que se explica talvez por serem eles as "vítimas". Realmente em mais de uma vez são dignos de compaixão, diante das repetidas e graves injustiças com que frequentemente foram tratados.

"A questão judaica" é livrinho de rico conteúdo e que, para ser devidamente apreçado, exigiria um especialista em tais assuntos de per si difíceis, complexos e controvertidos. Em todo o caso, sua leitura elucidará mais de um ponto obscuro, e o equilíbrio respeitoso do autor lhe atrairá a simpatia dos leitores católicos.

É uma obra que servirá ao menos para que se encare com mais humanidade esse problema inquietante do "judaísmo" em nossos tempos o que, evidentemente, já seria pouco.

I. J. D.

# CASOS PRÁTICOS SÓBRE O DIREITO DAS RELIGIOSAS

*Pe. Frei Rafael de União OFM Cap.*

## CASO XVIII — SAÍDA VOLUNTÁRIA DA CONGREGAÇÃO

*Irmã Regina, durante os seus 15 anos de vida religiosa, se manifestara sempre exemplar e de ótima formação. Tôdas as suas companheiras, jovens e idosas, nela viam sempre a modêlo da religiosa perfeita.*

*Acontece, porém, o seguinte: Irmã Regina, de algum tempo sentia que, com os sacrifícios da vida conventual, a sua saúde fugia pouco a pouco. Raros eram os dias em que podia prestar o seu auxílio material à comunidade. Julgando-se, então, um pêso para a Congregação, julgou decidir a sua sorte. Procurou nos livros, que tratavam de Direito das Religiosas, uma solução para o seu caso. Encontrou um dos bons canonistas que, entre as causas graves a motivarem o pedido do Indulto de secularização, indivava a precariedade de saúde.*

*Dirigiu-se à Superiora, relatou o seu caso e tomou a sua decisão: pedir o Indulto de secularização.*

*A Superiora a recebeu com muita caridade e prudência, fazendo-lhe ver que, com a profissão, além dos votos, contraira, como religiosa, outras obrigações que a prendiam à Congregação: o abandono do claustro, mesmo com a legítima dispensa dos votos, acarretaria por certo um escândalo à comunidade, especialmente às mais jovens e, quanto à sua saúde, não se preocupasse. Além do mais, por muitos anos vinha sendo útil à comunidade.*

*Irmã Regina, no entanto, pediu e obteve a dispensa dos seus votos, voltando à casa paterna.*

*Pergunta-se:*

*1. A saída voluntária de uma Religiosa da própria Congregação se opera sempre sem pecado?*

*2. Como agiu a Irmã Regina? E a Superiora foi feliz na explicação, que deu à sua súdita?*

## 1. A SAÍDA VOLUNTÁRIA DE UMA RELIGIOSA DA PRÓPRIA CONGREGAÇÃO SE OPERA SEMPRE SEM PECADO?

O sentido *preciso* da nossa questão é o seguinte: a Religiosa, que foi dispensada dos votos, fica livre de qualquer responsabilidade contraída diante de Deus, *peço fato de se ter feito Religiosa?*

Para que possamos, com maior evidência, perscrutar a importância desta interrogativa, tenhamos em mente êstes princípios::

1. A Religiosa, *pela sua profissão*, se ligou com diversos vínculos diante de Deus, além da obrigação proveniente dos votos. De alguns dêstes vínculos ou obrigações, além dos votos, a profissão é a *verdadeira causa*; de outros, porém, uma *mera ocasião*. Como de sua verdadeira causa, procedem aquelas obrigações, seja em relação à Congregação, seja em relação aos outros membros, seja em relação a si mesma, as quais estão anexas à *condição específica* de Religiosa. Estas obrigações se encontram nos cânones 592-612.

É, porém, fora de dúvida que, além destas obrigações inerentes à condição jurídica de Religiosa, depois de emitida a profissão, outras possam existir e que não nascem propriamente da profissão, mas que se originaram por *ocasião da mesma*. Assim, para a própria Congregação, pôde originar-se a obrigação de se evitar para a mesma um determinado prejuízo, por exemplo: a saída de uma Religiosa, quando as circunstâncias fôsem tais que muito difficilmente se poderia encontrar um outro elemento para substituí-la; quando a saída acarretasse mau exemplo, escândalo para os outros membros, em ordem à perseverança, especialmente da parte das mais jovens. Estas obrigações não têm *como causa* a profissão em si mesma, pois, a lei da caridade exige que se evite o dano também àquelas pessoas que estão fora do Convento. O que justamente ocasionou *em uma determinada Religiosa* a obrigação de evitar um determinado dano não foi a profissão, como tal, mas o fato de sua existência. Em relação aos outros membros também; de muitas maneiras, o abandono do claustro pode originar um escândalo: uns são abalados na própria vocação, outros se esfriam na prática da piedade, outros se acham com o direito a julgarem mal da Congregação, etc. Evitar tudo isto é um dever de caridade, que a profissão não origina diretamente, mas é a sua *ocasião*. Finalmente para a própria Religiosa pode ser funesto o abandono da Congregação, enquanto voluntariamente se priva daqueles meios que o estado religioso fornece para a consecução da perfeição e para colocar em seguro a própria salvação eterna.

Portanto, a dispensa dos votos desliga ou não necessariamente a Religiosa de tôdas as obrigações que procedam da profissão quer direta quer indirectamente, de modo que a dispensada nada tenha de que se arrepende diante de Deus, *precisamente porque volta ao século?*

Talvez nem a todos pareça evidente esta não mútua subordinação entre as preditas obrigações. Não falta, porém, um argumento convincente. Na verdade, nem tôdas as obrigações brotam diretamente da profissão. Além das obrigações de justiça entre a Religião, a Congregação e a Religiosa, as outras já indicadas se originam da profissão indirectamente, ou seja: a profissão lhes é uma *mera ocasião*. Apoiados somente em razões lógicas, como, dissolvido o

vínculo da profissão religiosa, nada, portanto, impede subsistam ainda aquêles vínculos que dela não procedem como de verdadeira causa. Da mesma forma, originam-se múltiplas obrigações morais e sociais entre si concatenadas: a existência de uma é ocasião de outra que, pela sua razão própria e formal, não pode ser postergada; por exemplo, um guarda noturno está no seu officio de vigilância, quando lhe aparece um transeunte morrendo de fome: êste guarda, pela lei da caridade, tem a obrigação de socorrer aquêle pobre. Esta obrigação jamais originar-se-ia se, naquelas horas tardias, não vigiasse. A primeira obrigação é muito diversa da segunda, não havendo absolutamente um vínculo causal entre si, como é claro.

Esclarecidos e admitidos todos êstes princípios, é necessário demonstrar também *se a intenção de quem dispensa votos se estenda somente à obrigação dos votos*, ou contenha uma dispensa de tôdas aquêlas obrigações que, ou de um modo ou de outro, se originem da profissão religiosa.

Isto, sem dúvida, deve-se dizer de tudo aquilo que se reacione com o estado jurídico peculiar, criado com a profissão: dissolvida a profissão, necessariamente se rompe êste estado especial. Segue-se, portanto, que a Religiosa dispensada dos votos se liberta daquela condição jurídica especial, pela qual, na sociedade eclesiástica, se constituía *Religiosa*, com determinados direitos e obrigações.

Tal intenção, porém, nem se supõe, nem pode existir com relação àquelas outras obrigações, que procedem da profissão, como uma *mera ocasião*. A razão é clara: estas obrigações ingressam totalmente na ordem moral, não têm nenhum fato externo ou jurídico que lhes forneça *diretamente* a razão de existirem. Ademais, existem obrigações do direito natural, sobre as quaes nenhum poder humano pode dispensar. Portanto, quem dispensa legitimamente dos votos públicos, não pode ter a intenção de dispensar das obrigações acima referidas.

Podemos, assim, dar à questão, no início apresentada, a seguinte resposta: *a saída da Congregação, pela dispensa dos votos não se opera necessariamente sem pecado.*

Sejam, então, quais forem as obrigações para com a Congregação, contraídas depois da profissão, ou para com os outros membros; sejam quais forem as relações de uma peculiar intimidade da Religiosa dispensada para com Deus, *sem nenhum pecado* se realiza o abandono do claustro, se não somente existam razões *canonicamente*, juridicamente válidas, *mas* também suficientes, para que alguém possa prudentemente julgar-se isento de tôdas elas. Note-se que nem sempre as razões que tornam legitima a dispensa de votos, são *suficientes* para que alguém se julgue livre de tôdas aquêlas obrigações em questão. É evidente: a causa somente que justifica a dissolução do vínculo, que poderia ser uma ocasião de muitos pecados, chamamo-la *causa canônica legitima da dispensa*. O fato de que uma Religiosa tenha chegado voluntariamente a esta situação não a exime da responsabilidade contraída para com Deus, em vista do desprezo de tantas outras obrigações. Portanto, *não pode efetuar-se sem pecado* a saída da Congregação pela dispensa dos votos, quando as

*causas canônicas* da dispensa não são suficientes diante de Deus, para que alguém se ache livre daquelas outras obrigações.

A responsabilidade, no caso presente, é aquela que deriva do *voluntário em causa*, que, na ordem moral se considera verdadeiramente voluntário, induzindo conseqüentemente uma verdadeira imputabilidade. Na verdade, uma Religiosa que, por longos anos, venha transgredindo a observância regular, prevenindo, pelo menos confusamente, a perda de sua vocação e uma futura necessidade de pedir a dispensa dos votos, com tôda a razão é merecimento deve se julgar imune de qualquer responsabilidade diante de Deus, pelo dano que, com a sua saída, infringir de diversas maneiras à Congregação, pelo dano causado a outras que, movidas pelo seu exemplo, venham a desistir da sua vocação, e também pelo dano a si mesma causado e com o desprezo de tantas e tão abundantes graças de Deus? — *De maneira nenhuma*. Porventura, estão imunes de responsabilidade diante de Deus aquêles que, faltando aos seus deveres, põem uma causa voluntária de danos espirituais ou materiais no porvir? Quando de fato se deva admitir o pecado, haverá pecado *mortal* ou somente *venial*? Isto depende da gravidade das transgressões e da previsão dos males presentes. Certo é, porém, que não pode ser excluída necessariamente uma grave imputabilidade. Indiscutível é também que, segundo os casos, depois de obtida a dispensa dos votos, existe maior ou menor obrigação de se evitarem, do melhor modo possível, os danos presentes.

## 2. COMO AGIU A IRMÃ REGINA? E A SUPERIORA FOI FELIZ NA EXPLICAÇÃO QUE DEU A SUA SÚBDITA?

Pelos princípios acima enumerados, Irmã Regina agiu *precipitadamente*, *imprudentemente* e, se previu que com o seu abandono do claustro iria causar escândalo às suas companheiras, especialmente às mais jovens, o que por certo aconteceria, a sua consciência não estava imune de culpa diante de Deus, culpa grave ou leve, segundo a gravidade do escândalo. Faltou-lhe talvez a humildade, que é a força potente das almas atribuladas.

A *explicação da Superiora*, pelos princípios acima referidos, foi muito justa: além dos vínculos dos três votos de pobreza, obediência e castidade, outros laços nos prendem à Congregação, ligam a nossa consciência moral e cuja dissolução injustificada acarreta verdadeira imputabilidade.

## MISSÃO APOSTÓLICA DO PADRE MATEO

*Pe. Sebastião Maria Martin S.S.CC.*

(Continuação do número anterior)

A realidade e a origem sobrenatural desta missão ressaltam ainda, com uma evidência deslumbrante, da história da Obra. Examinemos objetivamente os fatos.

Quando, em 1907, o P. Mateo, orando diante da Urna de Santa Margarida-Maria, em Paray, entreviu em uma "iluminação súbita" — para empregar seus próprios termos — a missão mundial que o Sagrado Coração de Jesus parecia indicar-lhe, que era êle? Um simples Religioso, um sacerdote, pertencente a uma pequena e humilde Congregação, professor em um Colégio, em um Curso de Direito que êle havia fundado, e além disso, encarregado por seus Superiores de muitas obras de piedade e de zêlo. Em um Relato de 16 de outubro de 1905, enumera êle seus encargos. Eis alguns: a Associação externa dos S.S. Corações, — uma Academia literária e musical, — uma Conferência de São Vicente de Paulo, — um patronato de operários, — uma escola para crianças pobres — o Curso universitário de Direito. De volta a Valparaíso, em 1908, dificilmente figurar-nos-íamos vê-lo ir procurar o seu Provincial para dizer-lhe que regressava da Europa incumbido de uma missão especial que abrangia o mundo inteiro!... Nada faz; retoma mui simplesmente as suas ocupações ordinárias. Espera que o Céu manifeste mais claramente a sua vontade. E não se diga que se esquece desta missão que êle entreviu em Paray. Pareceu-lhe que o Sagrado Coração de Jesus desejava que se servisse, para realizá-la, de um projeto que, de antemão, êle tinha começado a pôr em execução ao redor de si em modesta escala: uma cerimônia muito simples cujo fim era exprimir a tomada de posse das famílias pelo Sagrado Coração. Fêz então imprimir o Cerimonial esboçado antes de sua partida para Europa e redigido definitivamente em Paray-le-Monial. O folheto recebeu a aprovação do Arcebispo de Santiago (Valparaíso ainda não estava erigido em Bispado) a 11 de agosto de 1908. Era necessário propagá-lo e juntar-lhe também uma carta que acompanhasse estas remessas. O Padre redigiu-a, fê-la copiar por voluntários, geralmente crianças. Não tinha nem máquina de escrever nem Revista à sua disposição. As missivas partiram, portanto, de Valparaíso, destinadas sobretudo aos Bispos, primeiramente aos da América Latina, depois, mais tarde, aos dos países mais afastados. Eis aí o humilde início de uma obra que é hoje mundialmente

conhecida. E foi por meio destas missivas que o Céu deu a resposta esperada: o folheto e a carta receberam acolhimento tão maravilhoso e inesperado que o Padre pôde ver nisto claramente a Vontade de Deus e a confirmação da missão que êle julgava haver recebido. E não foi tão somente êste o único sinal do Alto. Por tôda a parte onde entrou a prática da Entronização, graças notáveis vieram provar-lhe a eficácia. Já em 1912, o Arcebispo de Santiago o testemunhava bem em uma Carta Pastoral, e, a 23 de março de 1913, o Episcopado chileno escreveu ao Papa a fim de notificar-lhe os maravilhosos resultados e pedir-lhe as primeiras indulgências. No mesmo ano de 1913, encontramos Pastorais sôbre a Obra no Brasil, no Uruguay, no Equador em Loja, em Cuenca, em Riobamba, no Perú em Trujillo, na Colômbia em Socorro, no Salvador em S. Miguel. Em 1914, seguiram-se outros Bispos, no Uruguay, na Espanha, na Ilha da Madeira, no México, na Argentina, nos Estados-Unidos, no Perú, no Equador, na França. Nossos leitores conhecem o resto: a partida do Pe. Mateo para a Europa em 1914, para uma estadia prevista para seis meses, e que se prolongou até 1934; a sua partida para o Extremo Oriente em 1935, seus últimos anos de apostolado intenso na América do Norte e no Canadá; conhecem também a magnífica expansão da Obra da Entronização em todos os países organizados e até nas Missões, a florescência das Ligas auxiliares suscitadas pelo Pe. Mateo a fim de assegurarem à sua Cruzada o indispensável auxílio sobrenatural, e mui particularmente da Adoração noturna no Lar, começada por êle em 1927. Não estará aí uma prova mais que evidente de uma intervenção direta do Sagrado Coração de Jesus, se pensamos na imensa desproporção entre os meios empregados e os resultados obtidos? Como pôde êste simples Religioso dos Sagrados Corações percorrer, na qualidade de apóstolo ambulante, uma grande parte do mundo, não pregando jamais senão o Evangelho do amor de Deus pelo homem e do homem para com Deus? Como, pôde êle excitar, por tôda a parte, uma dedicação tão generosa pelo Rei de Amor, um zêlo tão admirável para fazê-lo conhecer, amar e servir? Quem poderá explicar os vestígios indeléveis que à sua passagem deixou e a penetração da sua palavra e dos seus escritos, sem fazer apêlo à onipotência do Sagrado Coração de Jesus? Se, por tôda a parte, se lhe atribui um verdadeiro "carisma", não é por que êste carisma transparece a cada página da sua vida de apóstolo? Disse alguém que o P. Mateo "*tomou o Sagrado Coração pela palavra*": apoiando-se em suas Promessas com uma fé invencível e uma confiança inabalável, êle foi capaz de tôdas as "audácias" e estas sempre encontraram eco no mundo cristão. Exageraremos afirmando que "*o dedo de Deus está aí*"?

## II — NATUREZA DA MISSÃO

O Rev. Pe. Mateo, em pessoa, condensou sua missão nesta fórmula: "*Conquistar ou reconquistar o mundo inteiro para a Realza do Coração de Jesus, família por família*".

É preciso notar que a missão do Pe. Mateo é essencialmente social: é o Reinado social do Rei de Amor que êle tem em vista ao dirigir-se à família.

Considera esta missão explicitamente, em sua função social, como célula vital e fundamento da sociedade.

A Obra — escreve êle — é uma reparação social... para protestar contra o espírito e os princípios liberais que pretendem relegar a vida divina e a vida cristã para o santuário da consciência e da igreja... É, uma vez que a Entronização prega um Reinado de Amor e que êste tem sempre uma relação imediata com N. Senhor na Eucaristia... todos os nossos esforços tendem a formar, pela Entronização vivida, famílias verdadeiramente eucarísticas... Dizei e repeti que se a homenagem da cerimônia externa é bela e pedida por N. Senhor, d'zei, sim, que não é sòmente a homenagem do gesto que nós vamos pregando. No pensamento de N. Senhor, o qual nós queremos realizar, êste gesto magnifico de reparação social assinala sobretudo, *uma nova etapa de vida cristã no lar...* Pregai, portanto, êste Deus-Emanuel, êste Deus com a família. Pregai êste Jesus íntimo e vivente nas horas de alegria, tão raras, nas horas de sofrimento e de luto, tão numerosas... Do mesmo modo que, por vêzes, se tem feito da Santa Comunhão uma recompensa e não um meio, assim também por vêzes se tem desfigurado a idéia da Entronização querendo restringi-la às famílias já muito cristãs e exemplares. Guardemo-nos de esquecer que N. Senhor veio a êste mundo, e parece voltar por meio desta Cruzada, para salvar o que estava perdido. Êle toma a peito procurar os pecadores e reafirmar a fé dos justos. Êle veio restaurar em Israel o que estava arruinado e perdido. Êle veio como um médico, para curar os enfermos, e não sòmente para os sãos" (Confer. de 1920).

Tudo é sobrenatural na Obra do Pe. Mateo: tanto o fim como os meios: a fim de obter o resultado não calculado, êle conta muito mais com a ação direta do Coração de Jesus sòbre a família que reconheceu a sua Realeza, do que com a perfeição dos meios humanos. Êstes têm a sua importância, porém não ocupam, e não devem ocupar o primeiro lugar em nosso apostolado.

### III — OS MEIOS

De que meios se serviu o Pe. Mateo para lançar e desenvolver a sua Cruzada no mundo? Podem ser classificados em quatro categorias: os impressos, as cartas, a pregação, os escritos.

Tendo recebido do Sagrado Coração de Jesus uma missão especial, o Pe. Mateo foi certamente assistido também sòbre a escolha dos meios para realizá-la. Lembra-nos São Bernardino de Sena: "Omnium singularium gratiarum alicui rationabili creaturae communicatarum generalis regula est quod quandoquidem divina gratia aliquem ad aliquam gratiam singularem... elegerit, omnia charismata donet quae ille personae sic electae et ejus officio necessaria sunt atque illam copiose decorant" (Sermo de S. Joseph, Cfr. 4.<sup>a</sup> lect. in Off. Solemnitatis S. Joseph). É uma regra geral, diz êle, que quando a graça divina escolheu alguêm para uma missão especial, lhe dá ao mesmo tempo todos os carismas necessários a fim de desempenhar esta missão.

Ora, qual é o meio principal, senão o único, pelo menos no início, que

permitiu ao Pe. Mateo obter o sucesso de que legitimamente nos orgulhamos. Foi, sem contradição, o seu "Cerimonial" para a Entronização. Verdadeiramente, era só isto que possuía quando principiou sua campanha. Tudo quanto quis realizar em seguida em ordem à missão recebida, condensou-o o Pe. Mateo em boa determinação e com o socorro da graça, neste Cerimonial. Ninguém sabia tão bem como ele mesmo quanto desejava obter e como o queria. Foi com este pequeno Cerimonial que conquistou milhares e milhares de lares ao Rei do Amor. Foi com o mesmo que conseguiu formar verdadeiras Betânias onde, mais tarde, não lhe foi custoso encontrar almas generosas para a hora de guarda noturna. Estas poucas fórmulas, simples e ao alcance de tôdas as almas, revelaram-se por si mesmas como um programa de vida cristã rica e fecunda. Foi por meio delas que obteve conversões numerosas e maravilhosas nas famílias que ofereceram ao Coração de Jesus esta homenagem de adoração reparadora. E estas fórmulas, redigidas apenas por um Peruano em um pequeno país da América do Sul, trazendo em si visivelmente o cunho da sua origem, foram aceitas no mundo inteiro. E, por tôda a parte, fazem impressão profunda e duradoura. Nelas se encontra tudo quanto é necessário a fim de exprimir em poucas palavras todo o sentido profundo e todo o alcance familiar e social da Obra. Há a presença do sacerdote que dá à cerimônia do lar o seu caráter oficial e social. Há a instalação da imagem ou da estátua em lugar de honra, no primeiro lugar entre todos do lar, em reconhecimento da Realeza universal do Sagrado Coração de Jesus. Há a recitação em comum do Credo, como homenagem de fé cristã, como promessa de adesão à Lei do Rei de Amor. Há a alocução do ministro do Senhor que, conforme o escreve o Pe. Mateo, "pode dizer então uma palavra que levará e deixará uma ferida de amor, uma palavra íntima que, pode ser, não venham a ouvi-la na igreja, que não se poderia mesmo dizer na Igreja" (Conferências nos secretariados, 1920). Há a consagração do lar ao Sagrado Coração pelo chefe da família; há a oração de ação de graças, de reparação, de aceitação prática do império do Rei; há a homenagem a Maria, Rainha do lar.

À remessa do Cerimonial, o Pe. Mateo juntava a *carta circular*. Redigida por ele em diversas linguas, foi ela copiada com grandes sacrifícios por pessoas, por crianças, que nada conheciam além do espanhol. Possuímos muitas cópias delas. Eis um extrato da carta de 18 de julho de 1913 a S. Excia. Revma. Mons. Arcebispo de Bogotá, na Colômbia: (por ocasião de um próximo Congresso Eucarístico nacional neste país) "tomo a liberdade de propor uma Obra que, de tôda a minha alma, eu quereria ver calorosamente recomendada e oficialmente erigida na Colômbia. Trata-se da "Entronização do Coração de Jesus no lar", pela consagração oficial e solene da família. Vossa Excelência encontrará os pormenores, o fim e os meios de ação em um folheto que adiciono, bem como no Cerimonial anexo. O que é simplesmente indizível, Excelência, é o resultado sobrenatural e surpreendente de regeneração piedosa e de conversões numerosas e maravilhosas que foram obtidas por meio desta empreza, muito simples a realizar em sua forma, muito fecunda e eloqüente em seu sentido profundo. Em menos de seis anos, abrasou este fogo divino tôda a América do Sul, numerosas populações na Europa, e penetrou até à Turquia Asiática. E por

tôda a parte constata-se o mesmo resultado admirável da graça, o qual outro não é senão a realização de uma grande promessa, do divino Salvador à sua Confidente Margarida-Maria, em favor das obras que tendem a dilatar o Reinado Social do Sagrado Coração de Jesus”.

Seria interessante inserir aqui algumas das respostas entusiásticas que chegaram a Valparaíso nestes primeiros anos. Mas o Rev. Pe. Mateo remeteu-as quase tôdas a S. Santidade Bento XV, por ocasião de sua audiência em 1915. Nós as reencontraremos, sem dúvida, algum dia, nos Arquivos do Vaticano. Restam-nos cópias de algumas. Um Bispo da Bolívia (Monsenhor de Santa Cruz de la Sierra) escreveu a 7 de julho de 1914: “Cheio de anos e enfêrmo, não posso fazer grande coisa... para acender nos chefes de família o zêlo pelo Reinado social de Jesus Cristo. Mas, apenas li o convite tão piedoso e tão fervoroso de Vossa Reverência, pareceu-me ouvir a voz do céu vinda em meu socórro, em favor de meu rebanho amadíssimo. Nomeei o P. N. para assumir a direção, e, rogo-vos que queirais enviar-nos o maior número possível de folhetos da Entronização e o mais que seja necessário. Digne-se V. R. e seu Secretariado contar-me o número de seus cooperadores decididos e recomendar-me ao Sagrado Coração”.

Uma das melhores provas da difusão rápida da Entronização é verdadeiramente o fato que o Cerimonial, editado em 1908 em espanhol, teve que ser impresso antes de 1913, às pressas, em francês, inglês, alemão, italiano e português. Notemos também que, desde o início, o Pe. Mateo redigiu um Ato de Consagração para as famílias operárias.

Não temos intenção de nos estendermos aqui sôbre a pregação e sôbre os numerosos escritos do Pe. Mateo. A pregação começou em 1910 e não terminou senão em 1946. Os escritos se foram sucedendo mui especialmente, durante os períodos de doença do Rev. Padre, quando, por causa desta, era forçado ao repouso. Repouso muito relativo e muito fecundo. Um belo capítulo teríamos a escrever sôbre o Pe. Mateo escritor. Era dotado de grande talento, tinha um estilo muito particular e pessoal, ornado de comparações muito a propósito, de quadros delicadamente delineados, de expressões especificamente dêle só, e, por isso, as chamaram “mateístas”, e às quais recorria. Sua prosa trai, a cada linha, uma alma de poeta. Lamentamos bem não possuir as poesias que durante o seu Noviciado em Los Perales, no Chile, êle compôs. Entretanto, êste talento natural inegável não basta para explicar todo o bem que fêz por meio de seus livros e conferências. Nós conhecemos casos em que a simples leitura de algumas páginas de seus escritos foi a ocasião de verdadeiras conversões. A graça acompanhava-o visivelmente até na palavra escrita. Êle tem dessas frases, verdadeiros surtos, que nunca mais nos deixam a memória; esperamos publicar um dia um belo e edificante florilégio.

Tal foi a missão do Padre Mateo; tal é a nossa, a que estamos chamados a continuar. Como êle, nós podemos contar com as bênçãos do Rei de Amor, na medida em que permanecermos fiéis à herança que nos deixou e sôbre a qual, sem dúvida, êle velará do alto do céu.

## BIBLIOGRAFIA

D. João Mehlmann — HISTÓRIA DA PALESTINA NOS TEMPOS DO NOVO TESTAMENTO — Revista de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, Livraria Pio XII, Mosteiro de São Bento, 1961. 1.º volume, brochura, 240x170 mm., 245 pgs.

D. João Mehlmann, do Mosteiro de São Bento de São Paulo, acaba de publicar o 1.º volume da *História da Palestina nos tempos do Novo Testamento*. O autor é 2.º Secretário da Liga de Estudos Bíblicos do Brasil, Doutor em Teologia, Doutor em Ciências Bíblicas, Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e do Seminário Central do Ipiranga, Professor visitante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. É conhecido nos meios bíblicos como pesquisador profundo e exato. Daí uma obra com seu nome inspirar imediata confiança, simpatia e apreço.

Este 1.º volume está dividido em duas partes. Na 1.ª parte: *Introdução Geral* à história da Palestina nos tempos do Novo Testamento. Apresenta suas *fontes escritas*: os livros canônicos do Novo Testamento, as obras de Filon de Alexandria, de Flávio José, a literatura rabínica, os escritos gregos e latinos dos primeiros séculos d.C., e apresenta suas *fontes arqueológicas*: a epigrafia, as escavações, a numismática, a história das instituições bíblicas, a geografia bíblica. Ocupa esta parte 47 páginas, portanto, uma 5.ª parte do livro.

Na 2.ª parte, trata de *Herodes o Grande* em 4 capítulos: 1.º *Capítulo*: "Herodes até a conquista do reino". Disserta então sobre as origens e juventude de Herodes, suas primeiras atividades políticas, seu exílio, o retorno para conquista de seu reino. No 2.º *Capítulo*: "Consolidação do poder de Herodes". Demonstra o ajuste de Herodes com os adversários internos, suas táticas entre Cleópatra do Egito e Marco Antônio de Roma, e suas atitudes no reinado de Otaviano, imperador romano. No 3.º *Capítulo*: "A posição jurídica de Herodes". Descreve-o como rei aliado de Roma, como vassalo de Augusto e rei dos judeus. No 4.º *Capítulo*: "Territórios de Herodes".

Apresenta a expansão territorial do reino de Herodes antes e depois do tempo de Augusto, a superfície e população deste reino.

É uma obra alicercada na mais ampla literatura e bibliografia atual dos mais renomados autores. Para tanto basta dizer que contém 850 citações no rodapé, sem contar outras tantas no interior das páginas. Mesmo assim, seu estilo é agradável, claro e atraente. Aliás nisto ajuda muito o próprio assunto, pois a história de Herodes é uma das mais palpitantes, dramáticas e impressionantes do mundo.

Em continuação a este volume o autor está confeccionando o 2.º volume, que aparecerá, se Deus quiser, no ano de 1962. Ao todo serão uma série de 5 ou 6 volumes. Série esta que se tornará utilíssima e imprescindível em bibliotecas de seminários, colégios e de pessoas particulares.

Esta série completa da "História da Palestina nos tempos do Novo Testamento" apresentará assim os acontecimentos ocorridos nos tempos de Herodes, (pouco antes da era cristã), nos tempos de Jesus Cristo e dos Apóstolos, distendendo-se até ao ano 135 d.C., data em que se destruiu para quase 20 séculos a nação judaica com a repressão da revolta de Simão Bar-Kochba.

Cada exemplar deste 1.º volume está numerado e o nome de seu adquirente será anotado, para que quando aparecerem os demais volumes, lho possa ser notificado. Creemos que a presente edição se esgotará logo, assim que seu aparecimento for conhecido pelo público. É uma obra publicada pela Universidade de São Paulo, na Coleção da Revista de História.

Pode ser adquirido este 1.º volume na LIVRARIA PIO XII, Mosteiro de São Paulo — Caixa Postal, 118 — Largo São Bento — São Paulo — Capital.

A Ordem Beneditina no Brasil está-se distinguindo na publicação de

estudos concernentes à Bíblia. E com esta série, Dom João Mehlmann, não só projeta o nome de sua destacada Ordem, como também, o da Liga

de Estudos Bíblicos e do próprio Brasil na esfera bíblica internacional. *Frei Paulo Apolino de Assis OFM Centro Bíblico Católico de S. P.*

Thomas Merton — NA LIBERDADE DA SOLIDÃO (112 pgs.), Vozes, 1961

O texto deste opúsculo principia à página 17 e termina na 111. Se descontarmos ainda os numerosos espaços vazios, verificamos que a matéria, propriamente dita para leitura, não vai longe. E, entretanto, é um grande livro.

Não há paradoxo nisto. O assunto trabalhado é tão sublime e o modo de o expressar tão hábil que tem razão Alceu Amoroso Lima em denominar essas páginas "incomparáveis", ao mesmo tempo que qualifica de "extraordinário" esse tratado sobre a meditação.

Mas, advirta-se, é um tratado difícil e para muitos incompreensível. Somente os místicos ou os teólogos o apreenderão convenientemente.

Não obstante, os humildes sempre poderão recolher alguma valiosa migalha do pão forte e substancioso, servido na mesa da contemplação mais elevada, se souberem ler com calma, lentidão e humildade esse texto que, para os leigos do misticismo católico, quase poderá parecer, em mais de uma página, de considerações esotéricas.

De qualquer modo, todos poderão ficar sabendo que, rigorosamente falando, há uma só realidade: Deus, única finalidade que nos possa satisfazer. O resto é uma decorrência.

O notável é que Mértón, apesar dos seus altos vãos contemplativos, adverte que eles não nos tiram a qualidade de "humanos":

"Cristianismo não é estoicismo. A Cruz não nos santifica destruindo o humano. Desapêgo não significa in-

sensibilidade. Muitos ascetas não chegam a tornar-se grandes santos precisamente porque suas regras e práticas de ascetismo apenas lhes embotaram a sensibilidade, em lugar de libertá-la, dando-lhe a oportunidade de desenvolver tôdas as riquezas de que é capaz, sob a influência da graça", (23).

"A vida espiritual não é, portanto, uma vida completamente separada, desarraigada da condição humana e transplantada para o ambiente angélico. Vivemos como criaturas espirituais, quando vivemos como homens que procuram a Deus. Para sermos espirituais temos de permanecer homens", (42).

"E é esse o mistério de nossa vocação: que não deixemos de ser homens para nos tornarmos anjos ou deuses, mas que o amor de meu coração de homem se possa tornar o amor de Deus por Deus e pelos homens, e minhas lágrimas humanas possam cair de meus olhos como lágrimas do próprio Deus, porque brotam pela moção de Seu Espírito no coração de Seu Filho encarnado", (111).

Livro para se meditar aos poucos, pausadamente e no maior recolhimento possível, tanto interior como exterior. Alimento forte que as almas fracas não suportariam.

É um verdadeiro concentrado espiritual, no meio da dispersão universal em que vive estonteado, o nosso desvaireado mundo de hoje.

I. J. D.

Almirante Carlos Penna Botto. — Cruzada Brasileira anticomunista: 1. O QUE É O COMUNISMO. 2. PLANOS RUSSOS VISANDO O DOMÍNIO MUNDIAL. 3. COMO SE DESENVOLVE A OFENSIVA COMUNISTA — Petrópolis, 1961. Edit: Vozes, 40 + 32 + 126 págs.

O autor parte do princípio de que o comunismo progride muito porque poucos lhe conhecem a doutrina materialista e a maldade intrínseca. Eis a razão destas três brochuras va-

sadas num estilo simples e ao alcance de todos. O combate mais eficaz ao comunismo não se trava com armas de fogo, mas com os devidos esclarecimentos prestados ao povo.

A. C.

Vitor Hugo — DESBRAVADORES (2 volumes) — Rondônia, Missão Salesiana de Humaitá, 1959.

Os dois grandes volumes, prefaciados por Pedro Calmon, constituem o primeiro levantamento histórico de vasta região do oeste brasileiro: 291.000 quilômetros quadrados de terra amazônica, mais precisamente, o vale do rio Madeira.

O autor, sacerdote salesiano, que há 10 anos é missionário naquelas paragens, uniu seu zelo de apóstolo a raras qualidades de pesquisador e de observador, soube encontrar tempo e vencer dificuldades numerosas para dar publicidade a farta documentação espalhada em arquivos nacionais e estrangeiros, ou ainda nos documentos vivos escritos ao longo das cachoeiras e remansos do majestoso rio.

*Desbravadores* interessa ao etnógrafo, ao geógrafo, filósofo, historiador que de agora em diante serão obrigados a manuseá-lo para documentar seus estudos sobre a Amazônia ou para encontrar o caminho de outras fontes. Mas a obra interessa sobretudo ao historiador eclesástico. P. Vitor Hugo faz especialmente uma história do desenvolvimento religioso da região, recuando às mais remotas épocas que podem ser devidamente documentadas.

E aqui está o que mais entusiasma no trabalho do P. Vitor Hugo: a quantidade e qualidade de documentos recolhidos. Tem-se mesmo a impressão que ele fez questão de nada afirmar que não fôsse endossado por uma fonte e, por outro lado, quis trazer para a sua obra todos os documentos encontrados: não deixar

de lado nada que possa ter relação com a história eclesástica de sua prelazia — Pôrto Velho.

Por isso acho que a maior contribuição científica do P. Vitor Hugo foi ter aberto horizontes para outros estudiosos: soube ajuntar, organizar, valorizar riquíssima bibliografia para futuras pesquisas monográficas. Portanto, embora reconhecendo um precioso ponto de chegada, admiramos a obra do Pe. Vitor Hugo mais como um ponto de partida. Agora se sabe onde estão os preciosos documentos da história de Pôrto Velho, sabe-se quanto valem e com que ordem merecem ser compulsados, tornam-se vivos e sentidos vários fatos e problemas que merecem ser pesquisados mais a fundo. *Desbravadores* será um código por onde farão escola muitos outros historiadores da Rondônia.

E' preciso destacar como preciosidades da obra a publicação, em primeira mão, do vocabulário dos índios Parintintin, Carintiná, Gaviões e Araras; também merecem realce as numerosas ilustrações, autênticas revelações para os entendidos de antropologia, e os 57 apêndices, documentos preciosos para outros pesquisadores.

A obra, que contou com aplauso e encorajamento de ilustres personalidades, figurará bem nas bibliotecas dos seminários, nos centros e cursos de missionologia, entre as obras-fontes para a história da Igreja e do Brasil.

Pe. Geraldo Servo

#### OUTRAS PUBLICAÇÕES ENVIADAS A REDAÇÃO:

Em Busca do Ideal — ANUARIO INACIANO de 1962. Pôrto Alegre, Sede Padre Reus, 1961. 224 págs.

Die Fahne des Heiligen Ignatius — IGNATIUSKALENDER 1962. Pôrto Alegre, Sede Padre Reus, 1961, 224 págs.

Romano Galeffi. PRESENÇA DE BERGSON. Salvador, Publicações da Universidade da Bahia, VII, 12, 1961. 84 págs.

Fernando Lopes Graça. MUSICALIA. Publicações da Universidade da Bahia, II, 22, 1960. 264 págs.

Nihil Obstat

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1961

Pe. Frel Jacinto de Palazzolo OFM Cap.

Censor Eclesiástico